

ATA DA REUNIÃO DE 23.12.2016 (PÚBLICA)

**ATA N.º 24/2016**

**A**os vinte e três dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezasseis, nesta Vila e Sala de Reuniões dos Paços do Município de Mafra, reuniu-se a Câmara Municipal, sob a presidência de Hélder António Guerra de Sousa Silva, Presidente da Câmara, estando presentes os Vereadores Renato Alves dos Santos em substituição do Vereador Elísio Costa Santos Summavielle, Joaquim Francisco da Silva Sardinha, Aldevina Maria Machado Rodrigues, Sérgio Alberto Marques dos Santos, Eduardo Manuel Silva Santos Baptista, Hugo Manuel Moreira Luís, Célia Maria Duarte Batalha Fernandes e Maria Antonieta Mendes Lourenço. Assistiu à reunião Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Licenciada em Direito, Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças. Esteve ausente o Vereador Elísio Costa Santos Summavielle, cuja falta a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar. Da reunião consta a seguinte ordem de trabalhos: **I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: 1.** Competência delegada e subdelegada; **2.** Intervenção dos membros do Executivo e assuntos para conhecimento; **II – ORDEM DO DIA: 1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS: 1.1.** Ata; **1.2.** Requalificação da Escola Básica 2.º e 3.º Ciclo Prof. Armando Lucena – Malveira – Pronúncia de erros e omissões – Ratificação de despacho; **1.3.** Tabela de Taxas e de Tarifas do Município de Mafra – Atualização ordinária para o ano de 2017; **1.4.** Alargamento do horário de funcionamento dos estabelecimentos de restauração e bebidas e estabelecimentos de restauração e bebidas com espaço para dança ou salas destinadas a dança, na Ericeira, bem como na Orla Costeira do Concelho, desde Ribeira D’Ilhas até à Foz do Lizandro, para o dia 31 de dezembro de 2016, até às 3:00 horas e 7:00 horas da madrugada do dia 1 de janeiro de 2017, respetivamente; **1.5.** Constituição de Fundos de Caixa para 2017; **1.6.** Constituição de Fundos de Maneio para 2017; **2. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO: 2.1.** Constituição de Fundos de Maneio para a CPCJ – Mafra para 2017; **3. DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE: 3.1.** Pedido de reconhecimento de Interesse Público Municipal para a Regularização da

Exploração Pecuária de Salvador das Neves Simões – RD-2218/2015; **3.2.** Pedido de reconhecimento de Interesse Público Municipal para a Regularização da Exploração Pecuária de Carlos Alberto Lucas Cecílio – RD-1452/2015; **3.3.** Tarifários para o ano de 2017 – Água, Saneamento e Serviços e Resíduos Sólidos Urbanos; **III – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO; IV – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA.** -----

**--- ABERTURA DA REUNIÃO:** -----

--- Verificando-se a existência de quórum foi declarada aberta a reunião quando eram nove horas e trinta e cinco minutos. -----

**--- I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

--- Neste período foram tratados os seguintes assuntos: -----

**--- 1. COMPETÊNCIA DELEGADA E SUBDELEGADA:** -----

--- O Presidente da Câmara deu informação sobre as decisões proferidas por si e pelo Vereador Hugo Manuel Moreira Luís, no uso das competências delegadas e subdelegadas, conforme listagens em anexo (anexo I e II). -----

**--- 2. INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO E ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO:** -----

**--- INTERVENÇÕES:** -----

**--- DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- O Presidente começou por desejar um Santo Natal e um feliz ano novo, fazendo votos de que 2017 seja virtuoso para a Câmara Municipal e para todos os munícipes, com paz, harmonia e saúde. -----

--- De seguida, informou sobre os eventos que tiveram lugar no concelho: no dia 11 de dezembro, o lançamento da edição especial do “Memorial do Convento” de José Saramago, na Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra, com a presença de Sua Excelência O Secretário de Estado da Educação, João Costa, e da Presidente do Conselho da Administração da Fundação José Saramago, Pilar del Rio; no dia 13 de dezembro, na Quinta de Sant’Ana, a conferência temática “Saloia. Que Marca?”, organizada pela Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia, contando com a presença de Sua Excelência O Secretário de Estado do Desenvolvimento e da Coesão, Nélson de Souza; no dia 17 de dezembro, a visita de Sua Excelência O Primeiro-Ministro, António Costa, acompanhado dos Ministros da Educação e do Planeamento e das Infraestruturas, às obras de ampliação da Escola

## ATA DA REUNIÃO DE 23.12.2016 (PÚBLICA)

Básica da Venda do Pinheiro; nos dias 17 e 18 de dezembro, na Basílica de Mafra, os concertos de Natal com os seis órgãos da Basílica de Mafra e os Coros da Academia de Música de Santa Cecília, com a presença do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa; de 2 a 18 de dezembro, nas Igrejas Paroquiais, os Concertos de Natal "in' Natalis", numa organização conjunta da Câmara Municipal e da Associação Cultural Cultur'Canto, com o apoio da Vigararia de Mafra; de 1 a 23 de dezembro, no Terreiro D. João V, em Mafra, e na Praça da República, na Ericeira, "O Natal chegou à Vila". ----

--- Deu, ainda, conhecimento dos próximos eventos: as transmissões radiofónicas e televisivas dos concertos de Natal com os seis órgãos da Basílica de Mafra e os Coros da Academia de Música de Santa Cecília, que terão lugar, respetivamente, na RDP, Antena 2, no dia 23 de dezembro, pelas 19h00, e na Rádio Televisão Portuguesa 2, no dia 24 de dezembro, pelas 21h30; a transmissão televisiva, na Rádio Televisão Portuguesa 2, do programa Bombordo, intitulado "O Fabuloso Mar de Ouriços", no dia 26 de dezembro, pelas 20h54; numa organização da Junta de Freguesia da Ericeira, com o apoio da Câmara Municipal, a Passagem de Ano 2016-2017, na Ericeira, com fogo-de-artifício no pontão do porto de pesca e atuações de DJ's na Praça da República; no dia 7 de janeiro, pelas 21h00, o Concerto para Reis no Ano Novo com seis órgãos da Basílica do Palácio Nacional de Mafra e o Coro Sinfónico Lisboa Cantat. --

--- **DA VEREADORA ANTONIETA LOURENCO:** -----

--- A Vereadora Antonieta Lourenço desejou a todos os presentes um Natal com paz, concórdia e saúde e fez votos que o novo ano traga a todos a concretização daquilo que merecem e que, no âmbito da atividade autárquica, se continue a trabalhar para o bem comum. -----

--- Saudou o lançamento da edição especial do "Memorial do Convento" de José Saramago, com prefácio de Carlos Reis e 20 ilustrações originais do pintor João Abel Manta. Em relação ao concerto de Natal com os seis órgãos da Basílica de Mafra e os Coros da Academia de Música de Santa Cecília, que teve a oportunidade de assistir, disse que não existem palavras para o descrever, considerando-o como uma experiência única. -----

--- **DO VEREADOR EDUARDO BAPTISTA:** -----

--- O Vereador Eduardo Baptista começou por justificar as suas ausências nas reuniões de Câmara e nos eventos municipais, por motivo de viagem ao estrangeiro e por doença que se prolongou por mais tempo do que seria de esperar e da qual ainda não está totalmente livre, fazendo votos de poder recuperar forças para fazer o seu trabalho em defesa das populações do Concelho. -----

--- Desejou a todos Boas Festas e feliz ano novo, ambicionando que 2017 que seja melhor do que o anterior, votos estes dirigidos não só ao Executivo e respetivas famílias, mas extensíveis aos trabalhadores e às populações do Concelho que esperam ansiosamente que o próximo ano lhes traga muitos benefícios que não têm vindo a conseguir e que têm justo direito, nomeadamente, e a título de exemplo, a reversão da concessão do sistema de gestão de abastecimento da água, acompanhada de uma redução de custos das tarifas e da melhoria do serviço. -----

**--- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO: -----**

--- A Câmara Municipal tomou, ainda, conhecimento do ofício da Assembleia Municipal relativamente às minutas das deliberações tomadas em sessão realizada no dia 15 de dezembro de 2016 (anexo III). -----

**--- II – ORDEM DO DIA: -----**

--- Em conformidade com a ordem do dia foram analisados os seguintes assuntos: ----

**--- 1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS: -----**

**--- 1.1. ATA: -----**

--- Presente a ata n.º 21/2016, da reunião de Câmara, realizada no dia 11 de novembro de 2016. -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, face ao disposto no n.º 2 do artigo 57.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a ata n.º 21/2016, da reunião de Câmara, realizada no dia 11 de novembro de 2016. O Vereador Eduardo Manuel Silva Santos Baptista não votou porque não esteve presente na referida reunião. -----

**--- 1.2. REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA 2.º E 3.º CICLO PROF. ARMANDO LUCENA - MALVEIRA - PRONÚNCIA DE ERROS E OMISSÕES - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO: -----**

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2016/17409, elaborada pela Área de Contratação Pública e Aprovisionamento, sobre a qual recaíram os pareceres de

## ATA DA REUNIÃO DE 23.12.2016 (PÚBLICA)

concordância da Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património, da Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças e do Sr. Vereador Hugo Moreira Luís, datados de 5 de dezembro de 2016, bem como o despacho de aprovação da pronúncia sobre lista de erros e omissões por parte do Sr. Presidente, igualmente de 5 de dezembro (anexo IV). -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, nos termos do n.º 3 do art.º 35 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, face aos fundamentos plasmados na Informação em apreço e respetivos anexos, proceder à ratificação do despacho do Sr. Presidente, exarado a 5 de dezembro, pelo qual se aprova a pronúncia sobre as listas de erros e omissões apresentadas pelos interessados no âmbito do procedimento em apreço, de acordo com análise espelhada pelo júri do procedimento, em ata de 5 de dezembro de 2016, nos termos do n.º 5 do artigo 61.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação. -----

**--- 1.3. TABELA DE TAXAS E DE TARIFAS DO MUNICÍPIO DE MAFRA - ATUALIZAÇÃO ORDINÁRIA PARA O ANO DE 2017: -----**

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2016/17949, elaborada em 16 de dezembro de 2016, na Área de Licenciamentos Diversos, sobre a qual recaiu o parecer de concordância da Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património, datado de 20 de dezembro de 2016, bem como o despacho de concordância do Vereador Hugo Moreira Luís, datado de 20 de dezembro de 2016 (anexo V). -----

--- O Presidente, em complemento, aditou que a presente proposta não pretende introduzir quaisquer aumentos na tabela de taxas e tarifas, mas apenas incorporar a variação do Índice de Preços no Consumidor, relativo aos últimos 12 meses de 0,53%.

--- A Vereadora Antonieta Lourenço questionou sobre se foi incluído, na Tabela de Taxas e Tarifas do Município de Mafra, um valor relativo ao fogo de artifício. -----

--- O Presidente respondeu que a lista de itens se mantém, face ao ano anterior. -----

--- No uso da palavra, o Vereador Eduardo Baptista declarou que não iria votar a favor, uma vez que não participou na construção desta tabela e que existem critérios, introduzidos nessa construção, que não são os que perfilha. -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD, dos Vereadores presentes do PS e do Senhor Presidente, e a abstenção do Vereador Eduardo Baptista da CDU, de acordo com o estabelecido nos artigos 28.º e 36.º e ainda do artigo 11.º dos Regulamentos de Taxas e de Tarifas do Município de Mafra, respetivamente, concordar com a atualização das taxas e das tarifas de acordo com o índice de preços no consumidor relativo aos últimos 12 meses verificado, conforme documento em anexo, a vigorar a partir do mês de janeiro de 2017. -----

**--- 1.4. ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS E ESTABELECIMENTOS DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS COM ESPAÇO PARA DANÇA OU SALAS DESTINADAS A DANÇA, PARA O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2016, ATÉ ÀS 3:00 HORAS E 6:00 HORAS DA MADRUGADA DO DIA 1 DE JANEIRO DE 2017, RESPETIVAMENTE: --**

--- Presente em anexo, Informação Interno/2016/18078, elaborada pela Área de Licenciamentos Diversos, sobre a qual recaiu o parecer de concordância da Chefe Divisão de Gestão Financeira e Património, datado de 20/12/2016, bem como o despacho de concordância do Vereador Hugo Moreira Luís datado de 20/12/2016 (anexo VI). -----

--- O Presidente explicou que se propõe que esta autorização especial de alargamento de horário se destine a todos os estabelecimentos de restauração e bebidas e estabelecimentos de restauração e bebidas com espaço para dança ou salas destinadas a dança, existentes no Concelho, e não apenas aos da orla costeira como em anos anteriores, para o dia 31 de dezembro de 2016 até às 3h00 horas e 6h00 horas da madrugada do dia 1 de janeiro de 2017, respetivamente. -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, em conformidade com o n.º 1 do art.º 9.º do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Concelho de Mafra, tendo presente os pareceres favoráveis prestados pelo Serviço de Polícia Municipal e Guarda Nacional Republicana - Destacamento Territorial de Mafra e a Informação supra referida, para a qual se remete, alargar os horários de funcionamento de todos os estabelecimentos de restauração e bebidas e estabelecimentos de restauração e bebidas com espaço para dança ou salas destinadas a dança, existentes no concelho, para o dia 31 de dezembro de 2016, até às 3:00 horas e 6:00 horas da madrugada do dia 1 de janeiro de 2017, respetivamente. -----

## ATA DA REUNIÃO DE 23.12.2016 (PÚBLICA)

**--- PRESENÇA DE VEREADOR: ---**

--- Nesta altura, entrou na sala onde decorria a reunião, o Vereador Sérgio Alberto Marques dos Santos. ---

**--- 1.5. CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS DE CAIXA PARA 2017: ---**

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2016/17945, elaborada pela Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património, sobre a qual recaiu o parecer de concordância da Chefe de Divisão de Administração Geral e Assuntos Jurídicos, bem como o despacho de concordância do Vereador Hugo Moreira Luís, todos datados de 20 de dezembro de 2016 (anexo VII). ---

--- Considerando a fundamentação constante na Informação em apreço, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, atento o artigo 85.º e seguintes da Norma de Controlo Interno, aprovar a proposta de Constituição de Fundos de Caixa para o ano de 2017 e para os Postos de Cobrança de Instalações Municipais propostos e ali identificados, no valor total de € 475,00 (quatrocentos e setenta e cinco euros), devendo a reposição do fundo ocorrer, junto da Tesouraria, até ao último dia útil do ano. ---

**--- 1.6. CONSTITUIÇÃO E UTILIZAÇÃO DE FUNDOS DE MANEIO PARA 2017: ---**

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2016/18043, elaborada pela Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património, sobre a qual recaiu o parecer de concordância da Chefe de Divisão de Administração Geral e Assuntos Jurídicos, bem como o despacho de concordância do Vereador Hugo Moreira Luís, todos datados de 20 de dezembro de 2016 (anexo VIII). ---

--- Reconhecendo a necessidade de constituição de Fundos de Maneio para pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do ponto 2.3.4.3. das Considerações Técnicas do POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), constituir os Fundos de Maneio de acordo com a Proposta em apreço, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais. Mais deliberou que, tendo em consideração o ponto 2.9.10.1.11 das Considerações Técnicas do POCAL, a utilização dos Fundos de Maneio deve obedecer à Norma de Controlo Interno em vigor. ---

--- **2. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO**

**SOCIOECONÓMICO:** -----

--- **2.1. COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE MAFRA -  
ATRIBUIÇÃO DE FUNDO DE MANEIO PARA 2017:** -----

--- Presente, em anexo, Informação Interno 2016/39387, elaborada em 20 de dezembro de 2016, na Divisão de Ação Social e Apoio Institucional, sobre a qual recaiu o parecer de concordância da Diretora de Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico, bem como o despacho de concordância do Vereador Hugo Luís, ambos datados de 20 de dezembro (anexo IX). -----

--- O Presidente referiu que decorre da lei a prestação de apoio, pelos Municípios, às comissões de proteção, no qual se inclui o apoio financeiro traduzido na atribuição de um fundo de maneo *destinado a suportar despesas ocasionais e de pequeno montante resultantes da ação das comissões de proteção junto das crianças e jovens, suas famílias ou pessoas que têm a sua guarda de facto, de acordo com os termos de referência a definir pela Comissão Nacional*, pelo que cabe ao Município de Mafra constituir um fundo de maneo no valor mensal de € 153,15 (cento e cinquenta três euros e quinze cêntimos). -----

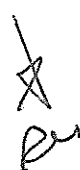
--- A Vereadora Antonieta Lourenço declarou nada ter a obstar em relação à atribuição de fundo de maneo à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mafra. Em relação ao trabalho desenvolvido por esta Comissão, lamentou não poder pronunciar-se por ausência de informação, declarando que, pelo menos em termos qualitativos, deveria ser dado algum *feedback*. Fez, ainda, referência a uma apresentação efetuada numa sessão da Assembleia Municipal que, na sua opinião, nada acrescentou aos seus conhecimentos. -----

--- O Presidente esclareceu que não compete à Câmara Municipal fiscalizar o trabalho da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mafra, mas sim prestar apoio nas vertentes logística, financeira e administrativa, de acordo com a lei. Declarou que a apresentação referenciada em epígrafe resultou de um pedido efetuado a um elemento da Assembleia Municipal que é membro da referida Comissão e que assim deu pública nota do que estava a acontecer. Aditou que, da informação de que dispõe, a Presidente foi reeleita para novo mandato, estando aquela Comissão a funcionar sem qualquer tipo de constrangimento. -----

--- Atenta a Informação prestada, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto no artigo 32.º do Regime da Administração Financeira do Estado,



## ATA DA REUNIÃO DE 23.12.2016 (PÚBLICA)



aprovado pelo Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho, na sua redação vigente, no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril, e artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual, bem como o estabelecido no ponto 2.3.4.3 das considerações técnicas do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, e considerando o estabelecido na Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, na sua redação atual, atribuir um fundo de maneiio à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mafra, para o ano de 2017, no valor mensal de € 153,15 (cento e cinquenta e três euros e quinze cêntimos). Mais deliberou, atribuir ao presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mafra a responsabilidade pela gestão do fundo de maneiio, designadamente no que respeita à administração da verba atribuída, à obtenção dos comprovativos de despesa que deverão ter o número de identificação fiscal do Município de Mafra, à entrega destes comprovativos e respetivo mapa nos serviços de Contabilidade e à reposição do fundo de maneiio até 31 de dezembro de cada ano. -----

**--- 3. DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS****E AMBIENTE: -----****--- 3.1. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA A REGULARIZAÇÃO DA EXPLORAÇÃO PECUÁRIA DE SALVADOR DAS NEVES SIMÕES – RD-2218/2015: -----**

--- Presente o processo RD-2218/2015, o qual visa o reconhecimento de interesse público municipal para a regularização da atividade pecuária em epígrafe, tendo sido prestado o parecer do Chefe de Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística, dado de 2016/03/16 a fls 35 e sobre o qual recaiu a proposta de decisão desfavorável do Diretor de Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente de 2016/012/02 e despacho de concordância do Presidente da Câmara Municipal, datado de 2016/12/06. -----

--- O Vereador Eduardo Baptista manifestou o seu acordo com a intenção de indeferimento, atenta a fundamentação que está presente na informação dos serviços e considerando, ainda, que se tem vindo a verificar um certo abuso nos pedidos de

interesse público municipal, quando este reconhecimento é algo que deve ser muito especial e muito bem fundamentado. -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, notificar o requerente de que é sua intenção não propor à Assembleia Municipal o reconhecimento do interesse público municipal e a emissão da Declaração de Interesse Municipal da exploração pecuária de Salvador das Neves Simões, sita no Terroal, Enxara do Bispo, para efeitos do n.º 4 do artigo 5.º de Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, dado que, de acordo com o enquadramento feito com os Instrumentos de Gestão Territorial aplicáveis, se verifica que de acordo com as plantas de ordenamento e de condicionantes do Plano Diretor Municipal, o terreno objeto da presente intervenção urbanística se encontra classificado como solo rural: espaços naturais e solo urbano: espaços residenciais - áreas consolidadas, verificando-se que a exploração pecuária em apreço, não cumpre o artigo 45.º do regulamento do citado Plano. -----

**--- 3.2. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA A REGULARIZAÇÃO DA EXPLORAÇÃO PECUÁRIA DE CARLOS ALBERTO LUCAS CECÍLIO – RD-1452/2015: -----**

--- Em sede de audiência prévia da audiência prévia da decisão da Câmara, tomada em reunião de 2015/10/30, de não reconhecimento do interesse público municipal na exploração pecuária em apreço, situada em Aboboreira, Azueira, pelos motivos explanados na citada deliberação, é apresentada uma exposição em 2015/12/05, arquivada a fls 37 do processo, que mereceu a análise por parte do Chefe de Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística em 2016/12/02, a fls 40, a proposta de decisão desfavorável do Diretor de Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente despacho de 2016/12/02 e o despacho do Presidente da Câmara Municipal, datado de 2016/12/06. -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, para efeitos do previsto no n.º 4 do artigo 5.º de Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, não reconhecer interesse público municipal da exploração pecuária em causa, pelos motivos indicados na deliberação tomada na reunião datada de 2015/10/30. -----

**--- 3.3. TARIFÁRIOS PARA O ANO DE 2017 - ÁGUA, SANEAMENTO E SERVIÇOS E RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS: -----**

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2016/18075, elaborada em 20 de dezembro de 2016, pelo Diretor do Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente, sobre a qual recaiu o despacho exarado pelo Senhor Vice-Presidente da

## ATA DA REUNIÃO DE 23.12.2016 (PÚBLICA)

Câmara Municipal, Joaquim Sardinha, devidamente instruída com a documentação a que a mesma se refere (anexo X).-----

--- O Presidente aditou que, face à decisão municipal de resgate e reversão da concessão dos sistemas de abastecimento de água e saneamento (processo que está no seu início, encontrando-se a tramitar na Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos), se propõe a manutenção das tarifas de água e saneamento que vigoraram durante 2016, sem qualquer tipo de aumento. Relembrou que a mencionada decisão municipal visou, justamente, uma posterior redução dos valores dos tarifários, quando os serviços forem integrados na esfera municipal. -----

--- No uso da palavra, o Vereador Eduardo Baptista começou por declarar que estava de acordo com o critério que fundamentou a proposta apresentada, ressalvando que tal concordância se refere apenas à manutenção do tarifário, mas que não concordava com os preços praticados. -----

--- O Vereador Sérgio Santos, começando por pedir desculpas pelo seu atraso, desejou um Feliz Natal e umas Boas Festas. Em relação ao ponto 3.3. da Ordem de Trabalhos, afirmou que o Partido Socialista queria muito mais do que manter em 2017 as tarifas praticadas em 2016, pois foi com o objetivo de assegurar a sua redução que os Vereadores do Partido Socialista acompanharam a proposta de resgate e de reversão da concessão. Nessa perspetiva, declarou que muito estranharam que se mantenha tudo igual. Acresce que, no ano anterior, o Partido Socialista afirmou que, pela forma como foram elaborados, os escalões iriam prejudicar a maioria da população, a qual tem um consumo correspondente ao escalão em que se verificaram aumentos. Mais disse que, como é do conhecimento de todos, a água no Concelho de Mafra está no «Top 10» das mais caras do país e, como tal, não podem aceitar que a tarifa se mantenha no mesmo valor que 2016. Concluindo, referiu que o Partido Socialista estará sempre disponível para apoiar o que é importante para o Concelho, como foi a decisão de reversão da concessão, mas não estará disponível para a manutenção das tarifas nos mesmos valores, pelo que votará contra. -----

--- O Presidente recordou que, tal como foi devidamente explicado na anterior reunião, a redução das tarifas, no valor de 5% em função do estudo de viabilidade económico-

financeira efetuado, aconteceria depois de decorrido o prazo de acionamento do resgate. No entanto, garantiu que esse compromisso está assumido, sendo concretizado após o período máximo de transição, que é de um ano. -----

--- O Vereador Sérgio Santos disse que, atendendo às palavras proferidas pelo Presidente, no momento em que a tarifa baixar, o Partido Socialista e os Vereadores do Partido Socialista irão dizer "*presente*" como sempre dizem, face à responsabilidade que têm perante aqueles que neles votaram. -----

--- O Presidente acrescentou, para que não restassem quaisquer dúvidas, que se o processo da reversão não estivesse em curso, então para 2017, e para além dos aumentos requeridos pela concessionária, teria ainda de ser introduzido o aumento resultante da aplicação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), sendo que este último acrescentaria um valor total entre os € 75.000,00 a € 92.300,00. Ora, uma vez que se propõe a manutenção dos valores de 2016, então tal patenteia uma redução, sendo este o primeiro ano em que há uma inversão daquela que tem sido a tendência.

--- O Vereador Sérgio Santos, no uso da palavra, declarou que compreendia o que foi referido, mas que não poderia deixar de questionar o seguinte: quanto é que os munícipes irão poupar na fatura da água durante o ano de 2017? Na sua opinião, fica tudo exatamente igual, pelo que as benesses não se refletem nas carteiras dos munícipes: estes não vão pagar mais, mas também não vão pagar menos; ou seja, vão pagar exatamente o que pagaram até ao ano de 2016. Finalizou, dizendo que, quando se verificar uma redução das tarifas, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista darão o seu acordo. -----

--- O Vice-Presidente, em aditamento, aclarou que as tarifas têm de ser aprovadas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR) e o modelo regulamentar existente determina quais são os valores de atualização de referência. Mais esclareceu que água fornecida em alta pela EPAL terá um aumento de 1,20%. ----

--- O Presidente aditou que o Município de Mafra compra a água em alta mais cara do que os outros Municípios e que em 2017 esse valor sobe 1,20%. Ora, ao manter as tarifas, está a contribuir para o aumento do rendimento das famílias. -----

--- Tomou a palavra a Vereadora Antonieta Lourenço, destacando que, se não serão introduzidas alterações no tarifário enquanto decorre o processo de reversão da concessão, então levantou a hipótese de se proceder a um reajustamento dos escalões, beneficiando as famílias. Referiu que já existem os escalões sociais, mas que muitas pessoas não usufruem dos mesmos, como é o caso de um agregado constituído

## ATA DA REUNIÃO DE 23.12.2016 (PÚBLICA)

por uma ou duas pessoas idosas. Chamou a atenção para as pessoas que vivem isoladas em zonas rurais e têm de pagar para ter saneamento, sem que o seu rendimento o permita. Assim, porque nem todas as pessoas tem um escalão adaptado e ainda porque as tarifas sociais não abrangem todos os que precisam, propôs a reestruturação dos escalões de uma forma mais justa. -----

--- O Presidente recordou que foi no ano passado que se introduziram as tarifas sociais, às quais se podem candidatar as pessoas com escassos rendimentos, e que são aplicadas sem quaisquer limitações do número de pessoas do agregado familiar, assim como as tarifas para famílias numerosas, atribuídas de acordo com critérios simples. Mais explicou que são os rendimentos das famílias que são tidos em conta, independentemente destas residirem em ambiente rural ou urbano. -----

--- Interveio o Vereador Eduardo Baptista, referindo que considera que as intervenções quer do Vereador Sérgio Santos, quer da Vereadora Antonieta Lourenço, têm a sua razão de ser. Na sua opinião, estas intervenções deveriam ser tidas em conta numa próxima oportunidade e o mais rápido possível, de modo a que se possa beneficiar a população e promover uma maior justiça social. Mais disse que as opções que se tomam são opções políticas e a questão da defesa dos interesses dos mais necessitados e dos mais carenciados é sensível à CDU. Finalmente, declarou que esta discussão é útil, mas não lhe parece que seja este o momento adequado. -----

--- O Presidente lembrou, mais uma vez, que no ano transato foi feito um esforço significativo para que, pela primeira vez, fossem aplicados quatro escalões, bem como tarifas sociais e tarifas para famílias numerosas, justamente com o objetivo de apoiar quem mais precisa. Informou que, no ano passado, a tarifa social foi atribuída a todas as famílias que evidenciaram comprovada carência económica, no total de 117, assim como a tarifa para famílias numerosas a 96. -----

--- Tomou a palavra o Vereador Sérgio Santos, afirmando que, em primeiro lugar, não entendia a intervenção da CDU, na medida em que, ao se afirmar que não se compreende a intervenção do Partido Socialista, tal significa não compreender as necessidades dos munícipes do Concelho de Mafra. Aventou que, se calhar, tal decorre da falta de presença nas reuniões e daquilo que tem aqui sido discutido. Em segundo

lugar, declarou que, no seu entender e no entender do Partido Socialista, e apesar de existir um processo de reversão da concessão, a realidade é que ainda não se baixou as tarifas. Concluindo, disse que o Partido Socialista não pode votar a favor deste tarifário, porque a água é um bem essencial. Aditou que se a CDU entende que este é um bom tarifário, então deve votar a favor. -----

--- O Vereador Eduardo Baptista retorquiu que julgava estar numa reunião de Câmara séria, mas que esta é utilizada, de forma sub-reptícia, para dizer coisas que a CDU não disse, enganando as pessoas. Clarificou que a CDU não afirmou que estava de acordo com estas tarifas. Ao contrário, afirmou que estava de acordo com a decisão de não aumentar as tarifas, mas que discordava dos preços praticados. Acrescentou que a posição da CDU está largamente difundida em vários textos escritos. Lamentou, ainda, que se argumente que as posições assumidas poderão advir do facto de não ter estado presente em anteriores reuniões, porque estes assuntos não foram nelas discutidas, pelo que o argumento em causa é demagogia pura. Finalmente, recordou que nesta reunião referiu que deviam ser tidas em conta as intervenções efetuadas pelos Vereadores Sérgio Santos e Antonieta Lourenço, as quais traduzem preocupações que são partilhadas pela CDU, tanto mais que alertou o Presidente da Câmara Municipal para que, o mais rapidamente, estas fossem tidas em conta. Por último, afirmou que o Vereador Sérgio Santos não tem autoridade moral para estar a criticar a CDU por uma coisa que não foi dita. -----

--- O Vereador Sérgio Santos retorquiu que nunca adjetivou as atuações do Vereador Eduardo Baptista, pelo que não admitia que este o fizesse em relação a si. Declarou que as posições políticas do Partido Socialista serão sempre assumidas com honestidade. Em relação à CDU, acrescentou que esta pode ter escrito muito sobre os tarifários, mas que este é o momento de decidirem de que lado estão: votam a favor se concordam com a manutenção das tarifas para 2017; votam contra se discordam, para mais porque as alterações introduzidas nos escalões, de 2015 para 2016, prejudicaram adicionalmente os munícipes; se não têm opinião, abstêm-se. Concluiu, dizendo que este é o entendimento e que, por mais que se tenha dito ou escrito sobre o assunto, basta um simples ato para mostrar aquilo em que se acredita e se quer para o Concelho. -----

--- Por fim, o Presidente afirmou novamente que o que estava em causa era a manutenção, em 2017, do tarifário praticado no ano anterior, sem que fossem aplicados os aumentos decorrente do IPC e os requeridos pela concessionária.

## ATA DA REUNIÃO DE 23.12.2016 (PÚBLICA)

Acrescentou que, quando o processo de reversão da concessão estiver concluído, proceder-se-á à análise dos tarifários, seja quanto aos escalões, seja quanto ao valor cobrado para cada um dos serviços. -----

--- Considerando a Informação prestada, bem como a proposta do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, cujos fundamentos se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD, do Vereador Eduardo Baptista da CDU e do Senhor Presidente, os votos contra dos Vereadores do Partido Socialista, atenta a competência prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, concordar com o despacho do Senhor Vice-Presidente, e consequentemente manter para o ano de 2017, os Tarifários de Água, Saneamento, Serviços Prestados e Resíduos Sólidos aprovados para o ano de 2016, sem prejuízo dos mesmos virem a ser atualizados se e aquando do parecer que vier a ser emitido pela ERSAR. Apresentaram declarações de voto verbais os Vereadores Eduardo Baptista da CDU e Sérgio Santos do Partido Socialista. Do Vereador Eduardo Baptista: *"Tal como disse no início, a minha votação refere-se única e exclusivamente à proposta que foi feita de não aumentar os valores das tarifas. Não está em cima da mesa nenhuma outra proposta de redução dessas tarifas, pelo que é sobre essa proposta de não aumentar as tarifas que eu votei a favor."* Do Vereador Sérgio Santos: *"O Partido Socialista votou contra manter as tarifas da água para o ano económico de 2017, considerando que não se propõe uma redução efetiva dessas mesmas tarifas, nem uma alteração dos escalões que foram aplicados no ano de 2016, situações estas que não refletem uma melhoria das condições de vida dos munícipes de Mafra."*-----

--- **III – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** -----

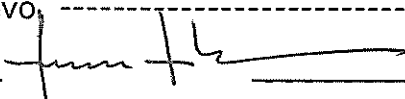
--- Quando eram dez horas e quarenta minutos, interrompeu-se a reunião para se proceder ao atendimento do público, não tendo comparecido qualquer munícipe para intervir. Não havendo mais assuntos a tratar, procedeu-se à aprovação em minuta dos assuntos objeto de deliberação. -----

--- **IV – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA:** -----

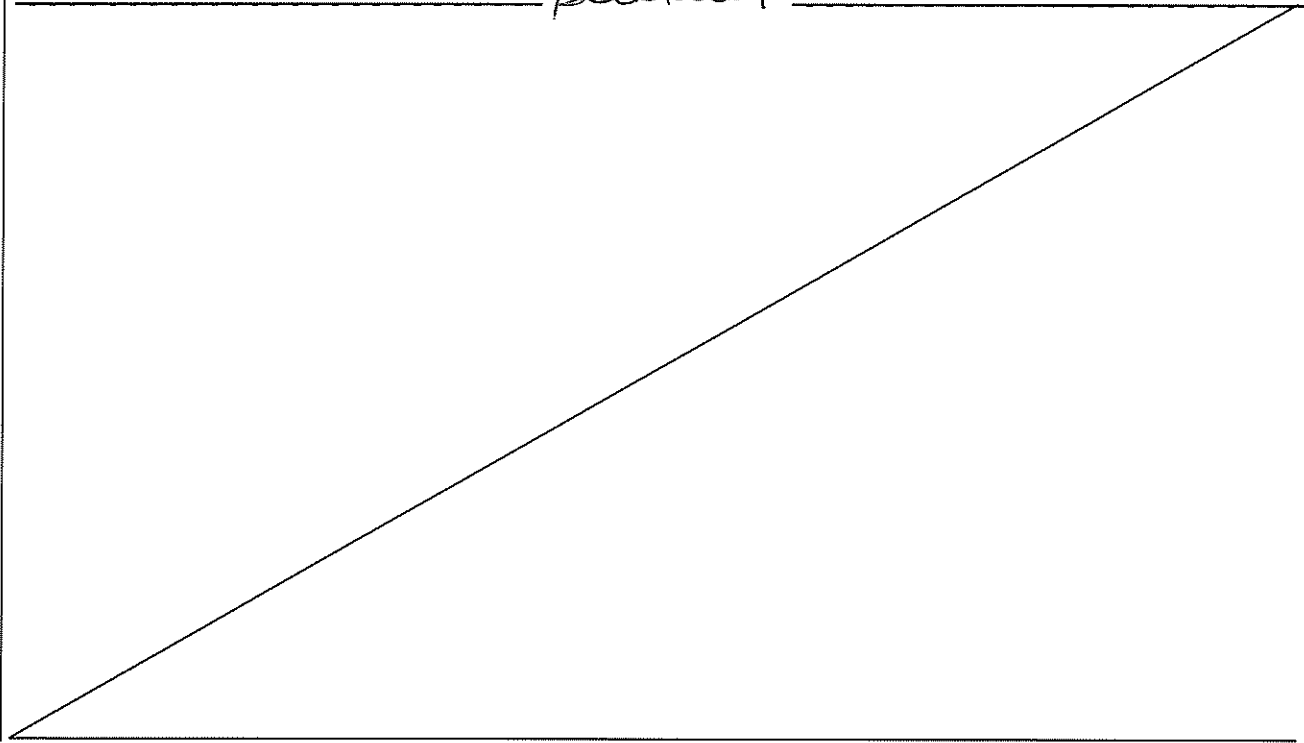
-- Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara decidiu, por unanimidade, aprovar em minuta os assuntos objeto de deliberação na presente reunião, a fim de as respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos. -----

--- **ENCERRAMENTO:** -----

--- Quando eram dez horas e quarenta e cinco minutos, o Presidente deu por encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que o mesmo vai assinar e que eu, Ana Maria Ferreira Loureiro Pereira Viana Taborda Barata, Diretora de Departamento, redigi e subscrevo. -----

\_\_\_\_\_  \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  \_\_\_\_\_







## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

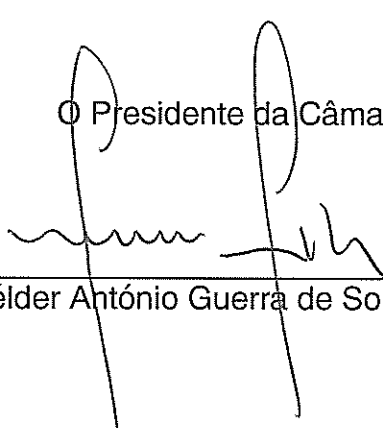
329

### **LISTA DE DECISÕES PROFERIDAS NO USO DE** **COMPETÊNCIA DELEGADA**

Considerando as competências que me foram delegadas pela deliberação camarária de 2013/10/18, anexo a relação respeitante aos despachos por mim proferidos no período de 1 a 14 de dezembro de 2016.

Mafra, 15 de dezembro de 2016.

O Presidente da Câmara,



---

(Hélder António Guerra de Sousa Silva)

anexo I


PROCESSO		REQUERIMENTO		DESPACHO		REQUERENTE PRINCIPAL	DESCRIÇÃO/LOCAL DA OBRA
TIPO	NUMERO	DESCRIÇÃO	DATA ENT.	DATA	RESULTADO/RESUMO		
OP	99/2016	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2016/04/19	2016/12/07	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	ALFREDO ROBERTS	LEGALIZAÇÃO DE AMPLIAÇÃO DE MARQUISE ESTRADA DE MONTE TOURO, N.º 26-GRADIL
OP	123/2016	PROJECTOS DE ESPECIALIDADE	2016/10/21	2016/12/05	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	ANA PAULA VALDEZ REBELO	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E MUROS MONTE BOM
OP	277/2016	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2016/10/12	2016/12/09	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	CANFER-PEÇAS E ACESSÓRIOS AUTO, LDA	LEGALIZAÇÃO DE GARAGEM E CANIL RUA DO ZAMBUJEIRO, S/N-BARREIRALVA
OP	213/2016	PROJECTOS DE ESPECIALIDADE	2016/11/14	2016/12/02	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	CARLOS ESTEVES DUARTE	CONSTRUÇÃO DE ESCADA DE ACESSO AO PISO MONTEMURO
OP	369/1995	ALTERAÇÕES E TELAS FINAIS	2016/11/17	2016/12/14	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	DINA PAULA DE OLIVEIRA DOMINGUES	CONSTRUCAO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR RUA CERRADO DA COSTA, N.º 4-CASAS DA SERRA
OP	265/2016	LICENCIAMENTO (ARQ + ESP)	2016/11/18	2016/12/05	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	FERNANDO JOSÉ HENRIQUES ESTEVES	PEDIDO DE DEMOLIÇÃO DO EXISTENTE E CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO MULTIFAMILIAR RUA DA MISERICÓRDIA, N.º 32 E 33 ERICEIRA
OP	199/2016	PROJECTOS DE ESPECIALIDADE	2016/11/14	2016/12/05	C DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	FRANCISCO JOSÉ FAUSTINO RODRIGUES	TRANSFORMAÇÃO DE BARRACÃO EM HABITAÇÃO UNIFAMILIAR COM DESTAQUE E MURO RUA VITOR SEIJO E SEIJO, N.º 39 - CARAPITEIRA
OP	113/2016	PROJECTOS DE ESPECIALIDADE	2016/11/14	2016/12/09	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	FREDERICO GORJÃO POLICARPO	AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR RUA DO JOGO DA BOLA - QUINTAS
OP	216/2015	ALTERAÇÕES	2016/10/31	2016/12/06	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	HÉLDER FRANCISCO MANSURA DA SILVA SARAMAGO	ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO MULTIFAMILIAR LARGO DE SANTA MARTA, N.º 21-ERICEIRA
OP	273/2016	PROJECTO DE ARQUITECTURA	2016/10/06	2016/12/09	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	JOÃO CARLOS FARINHA E SILVA DIAS PORTELA	LEGALIZAÇÃO DE PISCINA E ANEXO RUA SANTA HELENA, N.º 17 - PÓVOA DA GALEGA
RO	113/2016	PROJECTO DE ARQUITECTURA	2016/11/23	2016/12/14	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	LEONEL FRANCISCO MARQUES TOMÁS	MURO CONFINANTE COM VIA PÚBLICA CASAL DO CHARQUEIRÃO - CASAS DO FORNO
OP	233/2016	PROJECTOS DE ESPECIALIDADE	2016/11/21	2016/12/13	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	LUCIA MARIA ESTEVES MATEUS BARREIROS	AMPLIAÇÃO E ALTERAÇÃO DE HABITAÇÃO E GARAGEM TRAVESSA DOS MATEUS-VALE DE SÃO GIÃO
OP	361/2004	PROJECTOS DE ESPECIALIDADE	2016/10/07	2016/12/05	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	MANUEL SERRA DA SILVA CRISTINA	LEGALIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR LÍMITES DE RIBAMAR
OP	129/2016	LEGALIZAÇÃO DE OBRAS	2016/11/25	2016/12/14	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	MARIA DE FÁTIMA ALVAREZ MONTEIRO PINTO	LEGALIZAÇÃO DA TRANSFORMAÇÃO DE COMÉRCIO PARA HABITAÇÃO E ALTERAÇÃO À PROPRIEDADE HORIZONTAL ALAMEDA DAS ACÁCIAS, N.ºs 23 E 23A - VALE SÃO GIÃO

PROCESSO		REQUERIMENTO		DESPACHO		REQUERENTE PRINCIPAL	DESCRIÇÃO/LOCAL DA OBRA
TIPO	NUMERO	DESCRIÇÃO	DATA ENT.	DATA	RESULTADO/RESUMO		
OP	81/2013	PROJECTOS DE ESPECIALIDADE	2016/10/20	2016/12/05	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	ROSA MARIA MARQUES DE ALMEIDA	ALTERAÇÃO, AMPLIAÇÃO E RECONSTRUÇÃO COM PRESERVAÇÃO DE FACHADA DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR PARA HABITAÇÃO BIFAMILIAR RUA ALVES CRESPO, 29-ERICEIRA
OP	115/2016	PROJECTOS DE ESPECIALIDADE	2016/11/14	2016/12/02	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	TREVOR PATRICK WEST	ALTERAÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR LOTE 1-JUNQUEIROS



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**  
**Departamento de Administração Geral e Finanças**  
**Divisão de Gestão Financeira e Património**  
**Licenciamentos Diversos**

Tomei conhecimento.  
À Reunião  
O Presidente da Câmara,

  
20/12/2016

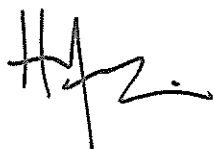
**INFORMAÇÃO**

Ao abrigo dos despachos n.ºs 49/2013-PCM de 21.10.2013 e 79/2013-PCM de 02/12/2013, informo das decisões geradoras de custo ou proveito financeiro por mim proferidas, nos dias 7 e 16 de dezembro de 2016, ao abrigo das competências que me foram subdelegadas, cujo resumo é o seguinte:

Licença de recinto improvisado	2
Licença especial de ruído	2
Licença de exercício de divertimento público	2
Autorização para o lançamento de fogo	1
Licença para prova desportiva	1
Licença para passeio desportivo	1

Mafra, 16 de dezembro de 2016

O Vereador,



(Hugo Moreira Luís)

## RELAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS AO ABRIGO DE COMPETÊNCIA SUBDELEGADA

### SR. VEREADOR HUGO MOREIRA LUIS

07/12/2016	LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO	FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE SANTO ISIDORO	ISENTO	DEFERIDO
07/12/2016	LICENÇA PARA O EXERCÍCIO DE DIVERTIMENTO PÚBLICO	FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE SANTO ISIDORO	ISENTO	DEFERIDO
07/12/2016	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE SANTO ISIDORO	ISENTO	DEFERIDO
07/12/2016	LICENÇA DE RECINTO IMPROVISADO	FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA IGREJA NOVA	ISENTO	DEFERIDO
07/12/2016	LICENÇA PARA O EXERCÍCIO DE DIVERTIMENTO PÚBLICO	FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA IGREJA NOVA	ISENTO	DEFERIDO
07/12/2016	LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO	FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA IGREJA NOVA	ISENTO	DEFERIDO
07/12/2016	AUTORIZAÇÃO PARA O LANÇAMENTO DE FOGO	FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA IGREJA NOVA	ISENTO	DEFERIDO
16/12/2016	LICENÇA PARA PROVA DESPORTIVA	HORIZONTES NO PINHAL ATIVIDADES DESPORTIVAS, LIMITADA	ISENTO	DEFERIDO
16/12/2016	LICENÇA PARA PASSEIO DESPORTIVO	FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DA ENCARNAÇÃO	ISENTO	DEFERIDO





PNMAFRA

TRICENTENÁRIO

# MUNICÍPIO DE MAFRA

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA

284

Exmo. Senhor  
Presidente da Câmara Municipal de Mafra  
Praça do Município  
2644-001 MAFRA

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

21 DEZ. 2016

ENTRADA/... 39576

Data  
16/12/2016Nossa Referência  
AM\_Saida/2016/29

Sua Comunicação de

Sua referência

Assunto: **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA - SESSÃO DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016 - PONTOS APROVADOS**

Para os devidos efeitos, junto se enviam fotocópias das minutas das deliberações tomadas pela Assembleia Municipal, na sessão ordinária realizada no dia 15 de dezembro corrente, sobre os seguintes assuntos:

- Regulamento do Conselho Municipal de Gestão de Reserva Mundial de Surf da Ericeira;
- Associação Portuguesa de Cidades e de Vilas Cerâmicas – AptCC – Participação do Município;
- Compromissos Plurianuais;
- Documentos Previsionais - Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano para o ano de 2017;
- Mapa de Pessoal para o ano de 2017;
- Manutenção da redução das taxas municipais em 50% relativas aos Mercados Municipais, até 31 de dezembro de 2017.

Com os melhores cumprimentos

O Presidente da Assembleia Municipal,

(José Bizarro)



Assembleia Municipal

Praça do Município • 2644-001 • Mafra  
Telef.: 261 810 100 • Fax: 261 810 130  
e-mail: [assembleia@cm-mafra.pt](mailto:assembleia@cm-mafra.pt)  
Internet: [www.cm-mafra.pt](http://www.cm-mafra.pt)

anexo III



# MUNICÍPIO DE MAFRA

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### MINUTA

ACTA N.º \_\_\_\_\_

SESSÃO DE 15/12/2016

\_\_\_\_.ª REUNIÃO DE \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## 2. – ASSUNTO: REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE GESTÃO DE RESERVA MUNDIAL DE SURF DA ERICEIRA. -----

ENTIDADE: \_\_\_\_\_

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: \_\_\_\_\_

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, nos termos do disposto da alínea g), n.º 1, artigo 25.º do anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, atentos os fundamentos plasmados na Informação Interno/2016/17278, datada de 2 de dezembro de 2016, aprovar o Regulamento do Conselho Municipal de Gestão da Reserva Mundial de Surf da Ericeira. -----

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade/Maioria. -----

Votos a Favor: 23. PSD/PSD, 8. PS; 1. José Portela; 3. CDU; 1. CDU/PP; 1. BE .....

Votos Contra: \_\_\_\_\_

Abstenções: \_\_\_\_\_

ASSINATURAS:

Flávio

João Zizau

15



# MUNICÍPIO DE MAFRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA

ACTA N.º \_\_\_\_\_

SESSÃO DE 15/12/2016

\_\_\_\_.ª REUNIÃO DE \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

3. - ASSUNTO: ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CIDADES E DE VILAS  
CERÂMICAS - APTCC - PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO. -----

ENTIDADE: \_\_\_\_\_

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: \_\_\_\_\_

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal,  
deliberou, nos termos da alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei  
n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugado com o n.º 1 do  
artigo 53.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, aprovar a  
participação do Município de Mafra na Associação Portuguesa de Cidades e de Vilas  
Cerâmicas - AptCC, nos termos dos documentos apresentados e em anexo. -----

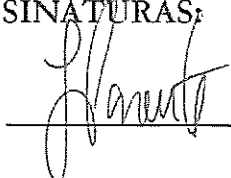
Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade/Maioria. -----

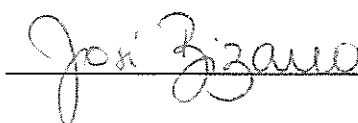
Votos a Favor: 23. Pedroso; 7.5; 1. João Cortela; 3. CDU; 1. CDU/PP; 1. B4

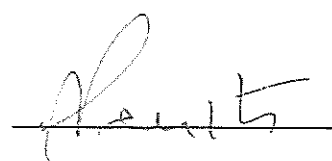
Votos Contra: -----

Abstenções: -----

ASSINATURAS:











# MUNICÍPIO DE MAFRA

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### MINUTA

ACTA N.º \_\_\_\_\_

SESSÃO DE 15/12/2016

\_\_\_\_.ª REUNIÃO DE \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

4. – ASSUNTO: **COMPROMISSOS PLURIANUAIS.** -----

ENTIDADE: \_\_\_\_\_

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: \_\_\_\_\_

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, autorizar a assunção dos compromissos plurianuais, constantes do Mapa de Encargos Plurianuais, em anexo à Informação Interno/2016/17294, elaborada na Área de Estudos e Planeamento, da Divisão de Gestão Financeira e Património. -----

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade/Maioria. -----

Votos a Favor: 23 PSD/PSD, 186, 7 PS, 1 ME, 10 CDS

Votos Contra: 3 CDU

Abstenções: 1 CDS/PP

ASSINATURAS:

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]



# MUNICÍPIO DE MAFRA

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### MINUTA

ACTA N.º \_\_\_\_\_

SESSÃO DE 15/12/2016

\_\_\_\_.ª REUNIÃO DE \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

288

5. – ASSUNTO: **DOCUMENTOS PREVISIONAIS – ORÇAMENTO MUNICIPAL E AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2017,-----**

ENTIDADE: \_\_\_\_\_

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: \_\_\_\_\_

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar os Documentos Previsionais - Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano para o ano de 2017, no valor total de € 53.725.910,00 (cinquenta e três milhões setecentos e vinte cinco mil novecentos e dez euros), correspondendo as Grandes Opções do Plano a € 31.688.330,00 (trinta e um milhões seiscentos e oitenta e oito mil trezentos e trinta euros), sendo do Plano Plurianual de Investimentos € 12.915.690,00 (doze milhões novecentos e quinze mil seiscentos e noventa euros) e do Plano de Atividades Municipal o valor de € 18.772.640,00 (dezoito milhões setecentos e setenta e dois mil seiscentos e quarenta euros). -----

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade/Maioria. -----

Votos a Favor: 23 PPSD; 1.ª J.ª Part. E.

Votos Contra: 3 CDU; 1 BE; 1 CDS/PP; 7 PS

Abstenções: 1 PS (Pedro Tomás c./dec. de voto)

ASSINATURAS:



# MUNICÍPIO DE MAFRA

= 2019

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### MINUTA

ACTA N.º \_\_\_\_\_

SESSÃO DE 15/12/2016

\_\_\_\_.ª REUNIÃO DE \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

6. – ASSUNTO: MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2017, -----

ENTIDADE: \_\_\_\_\_

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: \_\_\_\_\_

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou aprovar o Mapa de Pessoal para o ano de 2017, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 4 do artigo 29.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual. -----

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade/Majoria. -----

Votos a Favor: 23 PSD, 8 PS, 1 Aliança, 3 CDU, 1 BE .....

Votos Contra: 0 .....

Abstenções: 1 CDU .....

ASSINATURAS:

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]



# MUNICÍPIO DE MAFRA

290

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### MINUTA

ACTA N.º \_\_\_\_\_

SESSÃO DE 15/12/2016

\_\_\_\_.ª REUNIÃO DE \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

7. – ASSUNTO: MANUTENÇÃO DA REDUÇÃO DAS TAXAS MUNICIPAIS EM 50% RELATIVAS AOS MERCADOS MUNICIPAIS, ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2017. -----

ENTIDADE: \_\_\_\_\_

DELIBERAÇÃO/

PROPOSTA DE \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

INTERVENÇÕES/INFORMAÇÕES: \_\_\_\_\_

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea d) do artigo 15.º e do n.º 2 do artigo 16.º, ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e da alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a manutenção da redução das taxas municipais em 50%, durante o ano de 2017, relativa à ocupação dos espaços dos Mercados Municipais da Ericeira e de Mafra, a que se refere os pontos 1.1 e 1.2 do n.º 1, o ponto 2.2. do n.º 2, o ponto 3.1.2 do ponto 3.1 do n.º 3, o ponto 3.2.2 do ponto 3.2 do n.º 3 e o ponto 4.2 do n.º 4, todos do artigo 11.º da Tabela de Taxas do Município de Mafra. -----

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade/Maioria. -----

Votos a Favor: 23 (PP/PSD; 8 PS; 1 In. Partida; 3 CDU; 1 BE; 1 COS/PP) .....

Votos Contra: — .....

Abstenções: — .....

ASSINATURAS:

\_\_\_\_\_  
*[Assinatura]*

\_\_\_\_\_  
*[Assinatura]*

\_\_\_\_\_  
*[Assinatura]*



12

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Administração Geral e Finanças****Divisão de Gestão Financeira e Património**


291

**PARECER**

Concordo com o proposto. Submete-se à consideração superior.

05/12/2016


O Vereador,

  
(Hugo Luís)

Concordo com o proposto. À consideração superior.

05/12/2016

A Diretora de Departamento,

  
(Ana Viana)

Concordo com a informação dos serviços.

05/12/2016

A Chefe de Divisão

  
(Dulce Lourenço)**DESPACHO**

**Aprovo**, a título excecional e por motivo de urgência imperiosa na conclusão dos trabalhos inerentes à empreitada em apreço, nos termos do n.º 3 do art.º 35 da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, **a pronúncia sobre os erros e omissões**, de acordo com análise espelhada pelo júri do procedimento, em ata de 5 de dezembro de 2016, nos termos do n.º 5 do artigo 61.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

À reunião de Câmara para ratificação.

Paços do Concelho, 05 de dezembro de 2016

O Presidente da Câmara Municipal,

  
(Helder Sousa Silva)**INFORMAÇÃO Interno/2016/17409**

**ASSUNTO:** "Requalificação da Escola Básica 2.º e 3.º Ciclo Prof. Armando de Lucena – Malveira"- Pronúncia de Erros e Omissões

Na sequência de Despacho do Exmo. Sr. Presidente da Câmara, datado de 11 de novembro do corrente ano, nos termos do n.º 3 do art.º 35 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, cujo teor mereceu a ratificação do Órgão Executivo, conforme Deliberação de Câmara de 28 de outubro, procedeu-se à abertura de procedimento por **Concurso Público**, nos termos da alínea b) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos, para a formação de contrato de empreitada para a execução da **"Requalificação da Escola Básica 2.º e 3.º Ciclo Prof.**



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

### **Departamento de Administração Geral e Finanças**

#### **Divisão de Gestão Financeira e Património**

**Armando de Lucena – Malveira**”, cuja publicitação de anúncio em sede de Diário da República Eletrónico, ocorreu a 11 de novembro de 2016.

Nos termos do ponto 4 do Programa de Procedimento, até ao termo do quinto sexto do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados poderiam apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identificassem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detetados, sendo que correspondeu o final de tal prazo ao dia 1 de dezembro do corrente ano.

Nos termos do referido despacho delegaram-se, no júri do procedimento, as competências inerentes ao procedimento concursal, à exceção da pronúncia sobre eventuais erros e omissões identificados pelos interessados, bem como sobre a decisão de qualificação de candidatos e de adjudicação, nos termos do previsto no n.º 2 do artigo 69.º do CCP.

Sendo competência exclusiva do órgão competente para autorizar a despesa a resposta ou pronúncia relativamente a erros e omissões apresentados pelos interessados, submete-se a análise efetuada, pelo júri, aos erros e omissões identificados pelos interessados, no sentido de ser garantida a devida aprovação da referida pronúncia e posterior publicitação em sede de plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, notificando-se para o efeito a totalidade dos interessados e retomando-se a contagem do prazo para entrega das propostas.

Junta-se em anexo a ata do júri, datada de 5 de dezembro do corrente ano.

À consideração superior

O Assistente Técnico,

(Nuno Santos)

5/12/2016



## **ATA DE ERROS E OMISSÕES**

### **Concurso Público para:**

### **“Requalificação da Escola Básica 2.º e 3.º Ciclo Prof. Armando de Lucena – Malveira”**

Ao 5.º (quinto) dia do mês de dezembro do ano de dois mil e dezasseis, na Sala de Reuniões do piso 0 desta Câmara Municipal, pelas dezassete horas, reuniu o Júri, nomeado por despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, exarado a 11 (onze) de novembro do ano de dois mil e dezasseis, constituído pelo Presidente, Eng.º António Sousa Fernandes, Chefe da Divisão de Obras e Manutenção, pelo 1.º Vogal Efetivo, Nuno Santos, Assistente Técnico, a desempenhar funções na Área de Contratação Pública e Aprovisionamento e pela 2.ª Vogal Efetiva, Diana Ribeiro, Técnica Superior, a desempenhar funções na Divisão de Administração Geral e Assuntos Jurídicos, para proceder à análise das listas de erros e omissões apresentadas pelas interessadas **CONSTRAGRAÇO – CONSTRUÇÕES CIVIS, LDA.**, NIPC 506636208, **MRG – CONSTRUCTION, S.A.**, NIPC 503156035, e **HABITÂMEGA, CONSTRUÇÕES, S.A.**, NIPC 502220821, através de submissão na plataforma de contratação pública utilizada pela entidade adjudicante, em 30 (trinta) de novembro do ano de dois mil e dezasseis, nos termos previstos no ponto 4 do Programa do Procedimento e no n.º 5 do artigo 61.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, doravante designado abreviadamente por CCP. -----

#### **1 – ERROS E OMISSÕES -----**

O Júri, deliberou, por unanimidade, pronunciar-se sobre as listas de erros e omissões apresentadas, tendo sido elaborado o respetivo Mapa de quantidades corrigido, conforme ficheiro, em formato *Excel*, com a designação “*Mapa de quantidades corrigido*”, em anexo à presente ata, para todos os efeitos legais, onde se encontram assinalados a amarelo, todos os artigos que foram objeto de correção, submetendo à aprovação do órgão competente para a decisão de contratar. -----

Mais deliberou o Júri, por unanimidade, **propor ao órgão competente para a decisão de contratar a alteração dos artigos assinalados a amarelo no ficheiro com a designação “Mapa de quantidades corrigido”, em anexo à presente ata, os quais sofreram alterações nas quantidades do artigo, devendo considerar-se tais alterações.** -----





## **2 – PROPOSTA DE DECISÃO -----**

Face ao exposto, o Júri deliberou, por unanimidade, propor ao órgão competente para a decisão de contratar, a aprovação da Lista de Erros e Omissões acima apresentada, atento o disposto no n.º 5 do artigo 61.º do CCP, assim como submeter na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante, a peça escrita, a seguir indicada: -----

- Mapa de quantidades corrigido. -----

Tendo em conta que existem quantidades a mais e a menos que se equilibram em termos de montantes, constata-se que as mesmas não consubstanciam alteração do preço base definido inicialmente nas peças do presente procedimento. -----

## **3 – SUSPENSÃO DO PRAZO -----**

Considerando que, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 61.º do CCP, a apresentação da lista de erros e omissões, por qualquer interessado, suspende o prazo fixado para a apresentação das propostas, desde o termo do quinto sexto (5/6) daquele prazo, até à publicitação da decisão sobre a lista de erros e omissões, o Júri deliberou, ainda, por unanimidade, propor ao órgão competente para a decisão de contratar, que após cumpridas as referidas formalidades, o prazo para a apresentação das propostas retome a sua contagem. -----

## **4 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----**

Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Júri deu por encerrada a reunião, quando eram dezassete horas, tendo sido lavrada a presente ata que por todos vai ser lida e assinada. -----

**O Presidente do Júri,**

05/12/2016

X 

António Sousa Fernandes  
Chefe da Divisão de Obras e Manutenção  
Assinado por: ANTÓNIO SOUSA FERNANDES





**1.º Vogal**

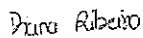
05/12/2016

X 

Nuno Santos  
Assistente Técnico  
Assinado por: NUNO MIGUEL GOMES DOS SANTOS

**2.ª Vogal**

05/12/2016

X 

Diana Ribeiro  
Técnica Superior  
Assinado por: DIANA CATARINA CUNHA RIBEIRO

**Erros e Omissões do Procedimento CPE 6/2016 DAGF/DGFP/ACPA**

- 294

**Questão** 30/11/2016 18:44 - Habitâmega, Construções S.A.

**Anexos** Erros\_E\_Omissoes.pdf

Exmos Senhores.

Segue em anexo a lista com os erros e omissões detetados nesta fase.

Com os melhores cumprimentos

Habitâmega Construções S.A.

**Resposta** 05/12/2016 18:06 - Câmara Municipal de Mafra - Entidade Competente para a Decisão de Contratar

**Anexos** Mapa de Quantidades corrigido\_5\_dez.xlsx  
Ata de Erros e Omissões\_CPE 6\_2016.pdf

Exmos. Senhores,

Vem por este meio, o Município de Mafra, na sequência de Despacho do Sr. Presidente da Câmara, a título excecional e por motivo de urgência imperiosa na conclusão dos trabalhos inerentes à empreitada em apreço, nos termos do n.º 3 do art.º 35 do anexo à Lei 75/2013 de 12 de setembro, exarado a 5 de dezembro, onde aprovou a pronúncia sobre os erros e omissões, de acordo com análise espelhada pelo júri do procedimento, em ata de 5 de dezembro de 2016, nos termos do n.º 5 do artigo 61.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados.

Junta-se em anexo a **ata do júri do procedimento**, bem como o **Mapa de Quantidades Corrigido** onde estão assinalados os termos de aceitação dos referidos erros e omissões, que deverá servir de base à apresentação de propostas por parte dos concorrentes.

Com os melhores cumprimentos

**Questão** 30/11/2016 11:57 - MRG - CONSTRUCTION, S.A.

**Anexos** EOmissoes.pdf

Exmos Senhores

Vimos por este meio enviar a Lista de Erros e Omissões para Vossa análise e aprovação.

Com os melhores Cumprimentos.

MRG CONSTRUCTION SA

**Resposta** 05/12/2016 18:06 - Câmara Municipal de Mafra - Entidade Competente para a Decisão de Contratar

**Erros e Omissões do Procedimento CPE 6/2016 DAGF/DGFP/ACPA**

---

**Anexos**

Mapa de Quantidades corrigido\_5\_dez.xlsx  
Ata de Erros e Omissões\_CPE 6\_2016.pdf

Exmos. Senhores,

Vem por este meio, o Município de Mafra, na sequência de Despacho do Sr. Presidente da Câmara, a título excecional e por motivo de urgência imperiosa na conclusão dos trabalhos inerentes à empreitada em apreço, nos termos do n.º 3 do art.º 35 do anexo à Lei 75/2013 de 12 de setembro, exarado a 5 de dezembro, onde aprovou a pronúncia sobre os erros e omissões, de acordo com análise espelhada pelo júri do procedimento, em ata de 5 de dezembro de 2016, nos termos do n.º 5 do artigo 61.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados.

Junta-se em anexo a **ata do júri do procedimento**, bem como o **Mapa de Quantidades Corrigido** onde estão assinalados os termos de aceitação dos referidos erros e omissões, que deverá servir de base à apresentação de propostas por parte dos concorrentes.

Com os melhores cumprimentos

---

**Questão**

30/11/2016 11:01 - Constragraço - Construções Cívicas, Lda

**Anexos**

Sem anexos

Exmos. Srs.,

Somos pelo presente meio a pedir esclarecimento, sobre a inexistência de definição de quantidades para o código artigo 1.6.4. "Fornecimento e assentamento de laminados de fibra tipo S&P-CFK 150/2000 com 50x1.2mm2 afastados de 0.25, incluindo todos os trabalhos", do Mapa de Quantidades.

Com os melhores cumprimentos.

**Resposta**

05/12/2016 18:06 - Câmara Municipal de Mafra - Entidade Competente para a Decisão de Contratar

**Anexos**

Ata de Erros e Omissões\_CPE 6\_2016.pdf  
Mapa de Quantidades corrigido\_5\_dez.xlsx

Exmos. Senhores,

Vem por este meio, o Município de Mafra, na sequência de Despacho do Sr. Presidente da Câmara, a título excecional e por motivo de urgência imperiosa na conclusão dos trabalhos inerentes à empreitada em apreço, nos termos do n.º 3 do art.º 35 do anexo à Lei 75/2013 de 12 de setembro, exarado a 5 de dezembro, onde aprovou a pronúncia sobre os erros e omissões, de acordo com análise espelhada pelo júri do procedimento, em ata de 5 de dezembro de 2016, nos

**Erros e Omissões do Procedimento CPE 6/2016 DAGF/DGFP/ACPA**

= 235

termos do n.º 5 do artigo 61.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados.

Junta-se em anexo a **ata do júri do procedimento**, bem como o **Mapa de Quantidades Corrigido** onde estão assinalados os termos de aceitação dos referidos erros e omissões, que deverá servir de base à apresentação de propostas por parte dos concorrentes.

Com os melhores cumprimentos



13

296

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Administração Geral e Finanças****Divisão de Gestão Financeira e Património****PARECER**

Concordo. Proponho que o  
assunto seja  
reenviado à  
revisão do Orçamento  
Executivo.

2016/...12/20

O Vereador,

...../...../.....

A Diretora de Departamento,

Concordo com a informação  
submetida à consideração.

2016, 12, 20

A Chefe de Divisão,

**DESPACHO**

20, 12, 16

O Presidente da Câmara,

  
(Hélder Sousa Silva)**INFORMAÇÃO Interno/2016/17949**

**ASSUNTO:** TABELA DE TAXAS E DE TARIFAS DO MUNICÍPIO DE MAFRA - ATUALIZAÇÃO ORDINÁRIA PARA O ANO DE 2017

Verificando-se que a variação do índice de preços no consumidor relativo aos últimos doze meses é de 0,57%, e em cumprimento dos artigos 28.º e 36.º e ainda do artigo 11.º dos Regulamentos de Taxas e de Tarifas do Município de Mafra, respetivamente, apresentam-se em anexo as Tabelas de Taxas e Tarifas devidamente atualizadas, para que vigorem a partir do mês de janeiro de 2017.

À Consideração Superior.

2016/12/16

A Técnica Superior

Rita Cosme

anexo.V



207

**TABELA DE TAXAS**

ARTIGO	DESCRIÇÃO	VALOR
<b>Artigo 1.º</b>	<b>Documentos</b>	
1	Afixação de editais relativos a pretensões que não sejam de interesse público municipal (cada edital)	22,02
2	Buscas	14,02
3	Certidões	
3.1	Apreciação do pedido	9,41
3.2	Emissão da Certidão (primeira página)	4,03
3.3	Segunda página e seguintes (por página)	3,22
4	Fotocópia de documentos inseridos em processos (nº 1 do artº 12º da Lei 46/2007, de 24 de Agosto)	
4.1	Simplex	
4.1.1	A4	1,38
4.1.2	A3 ou maiores	2,13
4.2	Autenticadas	
4.2.1	A4	7,02
4.2.2	A3 ou maiores	8,62
5	Fotocópias de documentos apresentados por particulares	
5.1	Por 1 página	
5.1.1	Simplex	0,36
5.1.2	Autenticadas	1,19
5.2	Por cada 3 páginas	
5.2.1	Simplex	1,09
5.2.2	Autenticadas	3,56
6	Atestados, informações sobre idoneidade e documentos análogos	10,46
7	Autos, inquéritos administrativos ou termos de qualquer espécie – por cada	14,77
8	Termos de abertura e de encerramento e registo de livros, processos e outros documentos quando legalmente exigíveis	



## TABELA DE TAXAS

8.1	Autenticação de livro de Obra	
8.1.1	1ª parte/10 folhas	5,69
8.1.2	Por cada 10 folhas a mais	3,79
8.1.3	2ª parte	
8.1.3.1	25 folhas	5,69
8.1.3.2	Por cada grupo de 5 folhas	3,79
8.2	Consulta do Livro de Obra	9,48
9	Termos de entrega de documentos juntos a processos, cuja restituição haja sido autorizada	5,46
10	Fornecimento, a pedido dos interessados, de 2ª via de documentos	14,88
11	Celebração de contratos administrativos (por página)	1,84
12	Desentranhamento de documentos inseridos em processos para utilização em outros processos (por cada 5 folhas)	5,69
<b>Artigo 2.º</b>	<b>Publicações necessárias</b>	
1	Por cada	19,32
<b>Artigo 3.º</b>	<b>Averbamentos</b>	
1	Qualquer tipo de averbamento em processo e respectivos títulos emitidos pela Câmara Municipal	32,89
<b>Artigo 4.º</b>	<b>Registos</b>	
1	Registo de estabelecimentos de alojamento local	
1.1	Fornecimento de Placa Identificativa	77,04
1.2	Vistoria	91,85
2	Registo de máquinas automáticas, mecânicas, eléctricas e electrónicas de diversão (por máquina)	
2.1	Comunicação do Registo	39,44
2.2	Averbamento de alterações de propriedade	39,44
3	Registo de termos de responsabilidade no âmbito do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (por cada)	5,70
4	Emissão de Certificado de Registo de Cidadão da União Europeia, de acordo com a legislação em vigor (Portaria n.º 1637/2006, de 17 de Outubro)	
<b>Artigo 5.º</b>	<b>Licenciamentos</b>	
1	Guarda nocturno	
1.1	Apreciação do pedido	19,23



## TABELA DE TAXAS

1.2	Licenciamento	8,25
2	Actividade de Venda Ambulante e Renovação Anual a)	
2.1	Apreciação do pedido	8,18
2.2	Licenciamento	3,50
3	Venda ambulante de lotarias (por ano) b)	
3.1	Apreciação do pedido	6,80
3.2	Licenciamento	2,92
4	Realização de acampamentos ocasionais (por semana ou fracção)	
4.1	Apreciação do pedido	3,25
4.2	Licenciamento	1,39
5	Realização de espectáculos desportivos e de divertimentos públicos nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre	
5.1	Provas desportivas (por evento)	
5.1.1	Em Área Territorial Municipal	
5.1.1.1	Apreciação do pedido	14,37
5.1.1.2	Licenciamento	6,15
5.1.2	Em Área Territorial Intermunicipal	
5.1.2.1	Apreciação do pedido	14,37
5.1.2.2	Licenciamento	6,15
5.2	Arraiais, romarias, bailes e outros divertimentos públicos	
5.2.1	Apreciação do pedido	10,34
5.2.2	Licenciamento	4,95
5.3	Fogueiras populares (cada licenciamento)	
5.3.1	Apreciação do pedido	6,03
5.3.2	Licenciamento	2,58
6	Realização de fogueiras e queimadas	





## TABELA DE TAXAS

6.1	Apreciação do pedido	8,97
6.2	Licenciamento	3,84
7	Veículos ligeiros de aluguer para transporte de passageiros	
7.1	Apreciação do pedido	44,07
7.2	Licenciamento	18,89
8	Prestação de serviços de restauração ou bebidas com carácter não sedentário	
8.1	Comunicação Prévia com Prazo	67,51
9	Venda de animais de companhia em feira/mercado	
9.1	Mera Comunicação Prévia	11,98
9.2	Vistoria	91,85
<b>Artigo 6.º</b>	<b>Canídeos e outros animais</b>	
1	Captura	
1.1	Escalões consoante a distância:	
1.1.1	Até 5Km	1,31
1.1.2	> 5Km a 10 Km	2,62
1.1.3	>10 Km a 15 Km	3,93
1.1.4	>15 Km	5,24
1.2	A acrescentar ao ponto anterior, consoante o tempo dispendido:	
1.2.1	Até 1h	49,29
1.2.2	> 1h a 2 h	98,57
1.2.3	> 2h a 3 h	147,87
1.2.4	>3 h	197,16
2	Guarda e alimentação (por dia)	6,28
3	Abate	120,32
4	Eliminação do cadáver	
4.1	Quando inferior a 10kg	9,65



## TABELA DE TAXAS

4.2	Entre 10kg e 30 kg	31,69
4.3	Entre 30kg e 50 kg	62,23
4.4	Quando superior a 50kg	106,35
<b>Artigo 7.º</b>	<b>Medição de ruído e licenças especiais de ruído para o exercício de actividades ruidosas de carácter temporário</b>	
1	Apreciação do pedido	97,53
2	Emissão de licença	41,80
3	Vistoria para medição de ruído	136,12
<b>Artigo 8.º</b>	<b>Remoção e depósito de veículos</b>	
	<b>De acordo com a Portaria nº 1424/2001, de 13 de Dezembro e actualizações</b>	
<b>Artigo 9.º</b>	<b>Ocupação do domínio público ou privado municipal</b>	
1	Mera Comunicação Prévia	43,96
2	Comunicação Prévia com Prazo	67,51
3	Comunicação de cessação da ocupação do espaço público	43,94
4	Apreciação do pedido	47,18
5	Junção de novos elementos ao processo	39,00
6	Acresce aos números anteriores, pelo licenciamento ou permissão de ocupação do espaço público:	
6.1	Ocupação do espaço aéreo	
6.1.1	Alpendres fixos ou articulados não integrados nos edifícios e toldos (por metro linear de frente/ano)	11,65
6.1.2	Antenas, fios ou cabos atravessando a via pública (por metro linear/ano)	8,39
6.1.3	Faixas, bandeiras ou pendentos (por m2/ano)	9,62
6.1.4	Outras formas não previstas nos números anteriores (por m2/ano)	16,41
6.2	Construções ou instalações no solo ou subsolo	
6.2.1	Espaços de qualquer tipo, brinquedos mecânicos e outros aparelhos para espectáculo ou divertimento públicos (por m2/mês)	1,35
6.2.2	Cabine ou posto de comunicações (por m2 de implantação/ano)	16,45
6.2.3	Posto de transformação (por m2/ano)	16,45



## TABELA DE TAXAS

6.2.4	Bancas permanentes para venda de quaisquer artigos (por m2/ano)	16,45
6.2.5	Bancas removíveis de venda ambulante (m2/mês)	1,34
6.2.6	Pavilhões, quiosques e outras construções temporárias (por m2/mês)	28,17
6.2.7	Depósitos à superfície (por m3/ano)	16,34
6.2.8	Depósitos subterrâneos (por m3/ano)	16,43
6.2.9	Postes ou marcos (por unidade/mês)	1,14
6.2.10	Suportes para publicidade (m2/ano)	16,45
6.2.11	Pranchas para carga e descarga de mercadorias, acesso de veículos a garagens ou parques (m2/dia)	0,03
6.2.12	Roulotes para comercialização de quaisquer produtos ou com fins publicitários (por m2/mês ou fracção)	1,35
6.2.13	Esplanadas, incluindo mesas, cadeiras e guarda-sóis, com e sem estrado, com e sem guarda-vento (por m2/mês)	
6.2.13.1	Em espaço aberto	
6.2.13.1.1	De Junho a Setembro	1,66
6.2.13.1.2	De Outubro a Maio	0,43
6.2.13.2	Fechadas, fixas ou amovíveis	1,66
6.2.14	Arcas de gelados, grelhadores, expositores e outros equipamentos similares (por m2/mês)	4,30
6.2.15	Ocupação para realização de eventos desportivos, culturais, recreativos e sociais (m2/dia)	5,46
6.2.16	Ocupação para realização de filmagens (dia)	6,20
6.2.16.1	Acresce por m2/dia	5,46
6.2.17	Outras ocupações de espaços públicos, não previstas nos números anteriores (por m2 ou m3/ mês)	1,34
6.3	Ocupação do domínio público - Colocação e instalação de tubos, condutas, cabos condutores, armários, fibras ópticas, cabos telefónicos ou eléctricos, instalações electrónicas, instalações de redes de informática ou outra cabelagem, gás, água e semelhante, por metro linear ou fracção/ano:	
6.3.1	Apreciação do pedido	1,60
6.3.2	Com diâmetro até 20 cm	0,50
6.3.3	Com diâmetro superior a 20 cm	0,58
6.4	Ocupação por motivo de obras	
6.4.1	Apreciação do Pedido	3,74



## TABELA DE TAXAS

6.4.2	Acréscimo caso seja:	
6.4.2.1	Tapumes, resguardos ou guardas (por m2 de via pública/mês)	1,32
6.4.2.2	Andaimes quando não for exigível a colocação de tapumes (por m2 de via pública/mês)	1,32
6.4.2.3	Estaleiros, guias, guindastes e outros veículos (por unidade/dia)	11,85
6.4.2.4	Amassadouros, contentores de entulho e outras ocupações (por m2)	18,57
6.5	Estacionamento em parques fechados	
6.5.1	Por frações de 15 minutos	0,18
6.5.2	Avença mensal	31,11
6.6	Estacionamento não reservado de veículos na via pública em zonas não concessionadas (fora de parques fechados) - por fração de 10 m em dias úteis das 8:00 h. às 20:00h, Sábados das 8:00h às 14:00h.	0,10
6.6.1	Largo General Humberto Delgado e Alameda da EPI - 1.ª hora	
6.6.2	Largo General Humberto Delgado e Alameda da EPI - por fração de 10 m, além da 1.ª hora	0,10
6.7	Estacionamento reservado na via pública em zonas não tarifadas	210,74
6.7.1	Acréscimo por lugar/mês	19,88
<b>Artigo 10.º</b>	<b>Horários e condições de funcionamento dos estabelecimentos</b>	
1	Horário de funcionamento dentro dos limites estabelecidos - Mera Comunicação Prévia	
1.1	Horário de funcionamento	43,96
1.2	Alteração de horário de funcionamento	43,96
2	Horário de funcionamento fora dos limites estabelecidos	
2.1	Autorização de alargamento	89,28
2.2	Autorização de redução	88,73
3	Vistoria para verificação das condições higio-sanitárias de funcionamento dos estabelecimentos	
3.1	Rouletes de comercialização de produtos alimentares	134,41
3.2	Restantes	134,41
4	Vistoria para verificação das condições higio-sanitárias de veículos de transporte ou comercialização de produtos alimentares	134,41
<b>Artigo 11.º</b>	<b>Mercados</b>	
1	Lojas (m2 ou fração/mês)	



## TABELA DE TAXAS

1.1	De venda de carnes verdes	10,00
1.2	De venda de outros produtos alimentares	5,12
2	Bancas de venda de pescado - por cada:	
2.1	Por dia	5,01
2.2	Por mês	100,88
3	Bancas de venda de géneros alimentícios - por cada:	
3.1	Lugares pequenos	
3.1.1	Por dia	0,86
3.1.2	Por mês	10,18
3.2	Lugares grandes	
3.2.1	Por dia	1,45
3.2.2	Por mês	20,17
4	Outros lugares - por cada:	
4.1	Por dia	0,92
4.2	Por mês	20,24
5	Utilização de frigoríficos municipais (caixa/dia)	0,28
6	Electrodomésticos de propriedade particular ligados à instalação geral do mercado (por cada/mês)	
6.1	Arcas frigoríficas, frigoríficos e similares	17,82
6.2	Frigoríficos industriais	23,12
<b>Artigo 12.º</b>	<b>Feiras de levante</b>	
1	Lugares de terrado	
1.1	Reservados nas feiras (por m2 /dia)	1,02
1.2	Ocupação Ocasional (por m2/ dia)	2,06
2	Recepção e encaminhamento de pedidos de cartão de feirante	9,72
3	Apreciação de projectos de realização de feiras	42,19
4	Autorização de realização de feiras por entidades privadas	27,48



## TABELA DE TAXAS

301

<b>Artigo 13.º</b>	<b>Cemitérios</b>	
1	Inumações	
1.1	Em sepulturas	94,11
1.2	Em jazigos	37,08
2	Exumações (por cada ossada), incluindo limpeza	61,56
3	Ocupação de jazigos ou gavetões municipais (por ano)	20,11
4	Ocupação de ossários municipais (por ano)	19,25
5	Utilização de casa mortuária (por dia ou fracção)	51,38
6	Trasladação	23,34
<b>Artigo 14.º</b>	<b>Publicidade</b>	
1	Apreciação do Pedido	41,82
2	Junção de novos elementos ao Processo	31,50
3	Acresce aos números anteriores, pelo licenciamento em propriedade privada visível da via pública:	
3.1	Anúncios luminosos (inclui palas) ou directamente iluminados (m2/mês)	4,48
3.2	Anúncios não luminosos (inclui palas) (m2/mês)	2,75
3.3	Publicidade instalada em empenas ou fachadas laterais cegas (m2/mês)	2,75
3.4	Publicidade em toldos, guarda-sóis, guarda-ventos, sanefas, expositores e similares (por cada/ano)	28,32
3.5	Anúncios electrónicos e publicidade computadorizada (por m2/ano)	26,68
3.6	Publicidade instalada em andaimes ou tapumes de edifícios em obras (m2/mês)	2,75
3.7	Chapas de proibição de afixação de anúncios (cada/ano)	16,45
3.8	Cartazes a fixar em superfícies confinantes com espaço público alusivos a eventos temporários (m2/semana)	0,29
3.9	Veículos utilizados exclusivamente para o exercício da actividade publicitária (por veículo/semana)	0,56
3.10	Altifalantes ou outros aparelhos fazendo emissões directas, com fins publicitários para o espaço público (por dispositivo/semana)	0,62
3.11	Outros suportes publicitários não previstos nos números anteriores (por m2 ou m3 ou metro linear/mês)	3,84
4	Acresce aos números 1 e 2, e sem prejuízo dos valores estabelecidos no artigo 9.º, pelo licenciamento de publicidade em espaço público:	



## TABELA DE TAXAS

4.1	Publicidade em toldos, guarda-sóis, guarda-ventos, sanefas, expositores e similares (por cada/ano)	28,32
4.2	Publicidade exibida em mobiliário urbano ou incorporada em suporte pertença do requerente (mupis, mastros-bandeiras, totens, colunas publicitárias, letras soltas ou símbolos, chapas, placas, tabuletas e similares) - (m2/1.º mês)	4,12
4.2.1	Acresce por cada mês e m2	1,32
4.3	Anúncios luminosos (inclui palas) ou directamente iluminados (m2/mês)	4,48
4.4	Anúncios não luminosos (inclui palas) (m2/mês)	2,75
4.5	Anúncios electrónicos e publicidade computadorizada (por m2/ano)	29,17
4.6	Publicidade em viadutos rodoviários, ferroviários e passagens superiores para peões (por m2/ano)	16,44
4.7	Publicidade em unidades móveis	
4.7.1	Veículos utilizados exclusivamente para o exercício da actividade publicitária (por veículo/semana)	5,89
4.7.2	Táxis (por veículo/ano)	20,61
4.7.3	Veículos de transporte colectivo (por veículo/ano)	71,68
4.7.4	Outros veículos (por veículo/ano)	35,25
4.8	Altifalantes ou outros aparelhos fazendo emissões directas, com fins publicitários, no espaço público (por dispositivo/semana)	0,62
4.9	Distribuição de panfletos e/ou outras acções promocionais de natureza publicitária (por dia)	0,54
4.10	Bandeiras, bandeirolas e pendões com fins publicitários (por cada/mês)	6,86
4.10.1	Acresce ao ponto anterior:	
4.10.1.1	De 51 a 100/cada/mês	5,15
4.10.1.2	Superior a 100/cada/mês	3,44
4.11	Balões ou semelhantes, insufláveis e outros dispositivos aéreos cativos (por dispositivo/dia)	0,91
4.12	Outros suportes publicitários não previstos nos números anteriores (por m2 ou m3 ou metro linear/mês)	3,84
<b>Artigo 15.º</b>	<b>Inspecção de ascensores, escadas mecânicas, tapetes rolantes e monta-cargas</b>	
1	Inspecções a ascensores, escadas mecânicas, tapetes rolantes e monta-cargas	
1.1	Inspecções	
1.1.1	periódicas	78,88



## TABELA DE TAXAS

1.1.2	extraordinárias	78,88
1.2	Reinspecções	50,12
<b>Artigo 16.º</b>	<b>Licenciamento de instalações de armazenamento e de abastecimento de combustíveis líquidos, gasosos derivados do petróleo e de origem biológica</b>	
1	Instalações de armazenamento de combustíveis sujeitas a licenciamento municipal simplificado	
1.1	Apreciação do projecto	
1.1.1	Instalações da classe A 1	30,69
1.1.2	Instalações da classe A 2	146,84
1.1.3	Instalações da classe A 3	30,69
1.2	Quaisquer vistorias e inspecções periódicas	
1.2.1	Instalações da classe A 1	292,14
1.2.2	Instalações da classe A 2	292,14
1.2.3	Instalações da classe A 3	292,14
1.3	Emissão de alvará	
1.3.1	Instalações da classe A 1	135,09
1.3.2	Instalações da classe A 2	135,09
1.3.3	Instalações da classe A 3	135,09
2	Instalações de armazenamento de combustíveis sujeitas a análise urbanística	
2.1	Instalações da classe B 2	30,69
3	Execução e entrada em funcionamento de redes de distribuição.	
3.1	Apreciação do pedido (nº de ramais <25)	129,51
3.1.1	Por cada ramal >24	0,58
3.2	Quaisquer vistorias e inspecções periódicas	372,61
3.3	Emissão de alvará	135,09
4	Outras instalações de armazenamento de combustíveis sujeitas a licenciamento municipal	
4.1	Apreciação do pedido	96,24





## **TABELA DE TAXAS**

4.2	Quaisquer vistorias e inspecções periódicas	292,14
4.3	Emissão de alvará	135,09
5	Outras comunicações não previstas nos números anteriores	39,44
<b>Artigo 17.º</b>	<b>Análise de pedido de destaque</b>	
1	Apreciação	106,00
2	Emissão de Certidão	98,70
<b>Artigo 18.º</b>	<b>Análise de pedidos de informação prévia</b>	
1	Prevista no nº 1 do artigo 14º do DL 555/99, de 16 de Dezembro	199,29
2	Prevista no nº 2 do artigo 14º do DL 555/99, de 16 de Dezembro	232,69
3	Prevista no nº 3 do artigo 17º do DL 555/99, de 16 de Dezembro	59,39
<b>Artigo 19.º</b>	<b>Análise de outros pedidos de informação</b>	
1	Por cada	196,54
<b>Artigo 20.º</b>	<b>Exposições diversas no âmbito de um procedimento</b>	
1	Por cada	18,85
<b>Artigo 21.º</b>	<b>Apresentação de projectos</b>	
1	Por cada	14,20
<b>Artigo 22.º</b>	<b>Apreciação de projectos de operações de loteamento</b>	
1	Quando precedida de informação prévia em vigor	
1.1	Até um hectare	99,14
1.2	Por cada hectare a mais	44,24
2	Quando não seja precedida de informação prévia	
2.1	Até um hectare	209,76
2.2	Por cada hectare a mais	80,04
<b>Artigo 23.º</b>	<b>Apreciação de projectos de obras de urbanização</b>	
1	Apreciação	176,57
2	Apreciação de alterações aos projectos	333,53
<b>Artigo 24.º</b>	<b>Emissão de alvará de loteamento</b>	
1	Taxa Municipal de Urbanização:	



## TABELA DE TAXAS

1

303

1.1	Por fogo e/ou unidade de ocupação com área superior a 25 m <sup>2</sup> , excluindo áreas destinadas a estacionamento quando associadas à construção principal	
1.1.1	Multifamiliares	1 477,35
1.1.2	Unifamiliares	1 074,96
1.1.3	Não habitacionais	741,54
1.1.4	Superfícies comerciais abrangidas pelo DL 21/2009 (por unidade de ocupação)	1 724,54
2	Pela emissão de alvará ou aditamento	
2.1	Por cada	203,21
2.2	Acresce por cada fogo ou unidade de ocupação	33,52
<b>Artigo 25.º</b>	<b>Concessão da licença, autorização e admissão de comunicação prévia de obras de urbanização</b>	
1	Para obras de urbanização integradas em loteamento:	
1.1	Por cada período de 30 dias ou fracção	68,99
1.2	Prorrogação	
1.2.1	Apreciação do pedido	10,63
1.2.2	Por cada período de 30 dias ou fracção	344,91
2	Quando a licença de obras de urbanização não for precedida de licenciamento de operação de loteamento acrescem as taxas previstas no n.º 2 do artigo 24.º e as devidas pelas publicações.	
<b>Artigo 26.º</b>	<b>Obras inacabadas</b>	
1	Apreciação	
1.1	Edificações	45,64
1.2	Obras de urbanização e outras remodelações de terreno	41,97
2	Concessão de licença especial ou comunicação prévia	
2.1	Pela emissão do aditamento	67,95
2.2	Obras de edificação por 30 dias ou fracção	6,96
2.3	Obras de urbanização por 30 dias ou fracção	68,99
<b>Artigo 27.º</b>	<b>Separação física de prédios</b>	
1	Apreciação do pedido de separação física de prédios	132,22
<b>Artigo 28.º</b>	<b>Pedidos de redução de caução</b>	



## TABELA DE TAXAS

1	Apreciação	202,98
<b>Artigo 29.º</b>	<b>Vistorias às obras de urbanização</b>	
1	Para efeitos de recepção provisória	207,64
2	Para efeitos de recepção definitiva	141,81
<b>Artigo 30.º</b>	<b>Apreciação de projectos</b>	
1	Apreciação do pedido de licenciamento ou comunicação prévia quando precedido de informação prévia em vigor	81,17
1.1	Por cada unidade ou fogo a mais	6,90
2	Apreciação de pedido de licenciamento ou comunicação prévia desde que não seja precedido de informação prévia ou fora do prazo de validade desta e alterações	164,35
2.1	Por cada unidade ou fogo a mais	13,79
3	Apreciação de outros pedidos de licenciamento ou comunicação prévia não inseridos nos números anteriores – por cada	23,67
4	Projectos de especialidade apresentados que careçam de parecer.	69,67
5	Pedidos de novo licenciamento por caducidade da licença ou comunicação prévia	69,67
<b>Artigo 31.º</b>	<b>Pareceres externos</b>	
1	Obtenção de cada Parecer	9,95
<b>Artigo 32.º</b>	<b>Apreciação de outros pedidos não inseridos nos artigos anteriores</b>	
1	Por cada	40,12
<b>Artigo 33.º</b>	<b>Obras executadas na via pública</b>	
1	Apresentação de projectos ou pedidos	5,69
2	Apreciação dos projectos ou pedidos	22,57
3	Emissão do Alvará	
3.1	Emissão do documento	13,45
3.2	Acresce ao número anterior:	
3.2.1	Abertura de valas por m2/dia	4,61
3.2.2	Outras obras, por metro linear	13,97
<b>Artigo 34.º</b>	<b>Apreciação de projecto de alteração</b>	
1	Apreciação de alterações aos projectos	70,73
<b>Artigo 35.º</b>	<b>Verificação dos requisitos exigidos por lei para constituição do prédio sob o regime de propriedade horizontal</b>	



## TABELA DE TAXAS

1	Quando requerida em simultâneo com o pedido de licenciamento ou comunicação (por cada fracção)	3,55
2	Quando requerida noutra fase do licenciamento das obras ou alteração (por cada fracção)	6,95
3	Quando requerida para edifícios já construídos	131,48
3.1	Acresce ao número anterior para realização da vistoria	134,85
4	Emissão de título	114,97
<b>Artigo 36.º Licenciamento, autorização e comunicação prévia de obras</b>		
1	Taxa Municipal de Urbanização	
1.1	Por fogo e/ou unidade de ocupação com área superior a 25 m2, excluindo áreas destinadas a estacionamento quando associadas à construção principal	
1.1.1	Multifamiliares	1 477,35
1.1.2	Unifamiliares	1 074,96
1.1.3	Não habitacionais	741,54
1.1.4	Superfícies comerciais abrangidas pelo DL 21/2009 (por unidade de ocupação)	1 724,54
1.2	Construção, ampliação, reconstrução ou alteração de edificações – (por piso e m2 ou fracção)	
1.2.1	Por cada período de 30 dias ou fracção	6,90
1.2.2	Por cada m2	
1.2.2.1	Inserido em loteamento	4,02
1.2.2.2	Inserido no núcleo urbano principal	17,25
1.2.2.3	Inserido no núcleo urbano secundário	10,91
1.2.2.4	Inserido noutros núcleos	8,05
1.2.2.5	Não habitacional	4,02
2	Corpos salientes que sejam complemento de áreas de compartimento na parte projectada sobre a via pública (por m2 ou fracção e por piso)	201,19
3	Construção, reconstrução ou alteração de terraços no prolongamento dos pavimentos dos edifícios ou quando sirvam de cobertura utilizável, em logradouros, esplanadas (por m2 ou fracção)	1,72
4	Construção, ampliação, reconstrução ou alteração de muros de suporte ou outras vedações	
4.1	Confinantes com a via pública (por metro linear ou fracção)	4,02
4.2	Não confinantes com a via pública (por metro linear ou fracção)	1,72
5	Alteração de fachadas dos edifícios incluindo a abertura, ampliação ou fechamento de vãos, quando não impliquem a cobrança da taxa do nº 1.2 (por m2 de superfície modificada)	4,02



## TABELA DE TAXAS

6	Demolições de edificações (por cada 100 m2 ou fracção)	132,22
7	Construção de tanques para rega (por m3 ou fracção)	0,63
8	Construção, reconstrução, ampliação ou alteração de piscinas ou semelhantes (por m3 ou fracção)	13,79
9	Trabalhos de remodelação de terrenos (por cada 100 m2 ou fracção)	3,33
10	Construção, reconstrução, ampliação ou alteração de estufas agrícolas, por m2	
10.1	Estufas com área até 10.000 m2	0,25
10.2	Estufas com área superior a 10.000 m2	0,20
<b>Artigo 37.º</b>	<b>Emissão de alvará de obras</b>	
1	Pela emissão de alvará ou aditamento	
1.1	Por cada	26,33
2	Pela prática do acto previsto no nº 1 do artigo 36º-A do DL nº 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pela Lei 60/2007, de 4 de Setembro	21,42
<b>Artigo 38.º</b>	<b>Prorrogação de prazo para execução de Obras</b>	
1	Apreciação do pedido	10,63
2	Prorrogação de prazo para a execução das obras (por 30 dias ou fracção)	20,11
3	Prorrogação de prazo de validade da licença de construção para a execução de acabamentos (por 30 dias ou fracção)	40,24
<b>Artigo 39.º</b>	<b>Utilização de edifícios</b>	
1	Apreciação do pedido	27,77
2	Vistorias	
2.1	A construções novas, ampliadas, ou alteradas	94,93
2.1.1	Acréscio por cada unidade de ocupação	3,46
2.2	Para verificação das condições de utilização	143,15
2.3	Em como as edificações foram construídas anteriormente à data de aplicação do RGEU	143,15
<b>Artigo 40.º</b>	<b>Emissão do alvará de autorização de utilização de edifícios</b>	
1	Emissão de alvará	16,61
2	Acréscio ao número anterior:	
2.1	Estabelecimentos de prestação de serviços	482,88
2.2	Estabelecimentos de prestação de serviços com espaço destinado a dança	1 310,65



## TABELA DE TAXAS

2.3	Estabelecimentos de prestação de serviços com espaço destinado a jogos	1 034,73
2.4	Estabelecimentos de prestação de serviços com fabrico de pastelaria, panificação e gelados	517,36
2.5	Estabelecimentos de comércio e armazenagem	482,88
2.6	Recintos fixos para realização de espectáculos e divertimentos públicos com carácter de continuidade	827,78
2.7	Habitação por fogo ou outras edificações/construções não discriminadas no presente artigo	13,79
2.8	Outros estabelecimentos	482,88
2.9	Empreendimentos turísticos:	
2.9.1	Estabelecimentos hoteleiros	1 724,54
2.9.2	Aldeamentos turísticos	1 724,54
2.9.3	Apartamentos turísticos	1 379,63
2.9.4	Conjuntos turísticos (resorts)	1 724,54
2.9.5	Empreendimentos de turismo de habitação	919,75
2.9.6	Empreendimentos de turismo no espaço rural	689,82
2.9.7	Parques de campismo e de caravanismo	229,94
2.9.8	Empreendimentos de turismo da natureza	689,82
2.9.9	Restantes categorias	229,94
2.10	Estabelecimentos Industriais	
2.10.1	Tipo 1	2 299,39
2.10.2	Tipo 2	1 724,54
2.10.3	Tipo 3	574,85
<b>Artigo 41.º</b>	<b>Comunicação de abertura e declaração prévia</b>	
1	Apresentação (por cada)	14,60
2	Instalação e modificação de estabelecimentos comerciais	
2.1	Mera Comunicação Prévia	197,49
2.2	Comunicação Prévia com Prazo	248,13



## TABELA DE TAXAS

2.3	Comunicação de alteração dos dados comunicados na Mera Comunicação Prévia	10,10
2.4	Comunicação de encerramento do estabelecimento	10,10
3	Abertura ao público e início de funcionamento de instalações desportivas	
3.1	Mera Comunicação Prévia	197,49
<b>Artigo 42.º</b>	<b>Auditoria para fixação de classificação</b>	
1	Empreendimentos de turismo de habitação	232,00
2	Empreendimentos de turismo no espaço rural	232,00
3	Parques de campismo e de caravanismo	232,00
<b>Artigo 43.º</b>	<b>Alteração ao uso de utilização</b>	
1	Apresentação do pedido	42,65
2	Apreciação do pedido	118,71
3	Pela autorização:	
3.1	De garagens para outros fins (por m2 ou fracção de espaço alterado)	17,25
3.2	Acrescem à taxa prevista no número anterior as previstas no artigo 40.º	
3.3	A outras alterações à utilização aplicam-se as taxas previstas no artigo 40.º	
<b>Artigo 44.º</b>	<b>Ficha Técnica da Habitação</b>	
1	Depósito da ficha técnica da habitação	19,43
2	Fornecimento de 2ª via	34,44
<b>Artigo 45.º</b>	<b>Emissão de pareceres urbanísticos</b>	
1	Parecer sobre não sujeição de lote ou parcela de terreno às prescrições legais sobre loteamentos	15,19
<b>Artigo 46.º</b>	<b>Autorização de infra-estruturas de telecomunicações</b>	
1	Apresentação do Pedido de Autorização de Infra-Estruturas de Suporte de Telecomunicações	20,17
2	Apreciação de projectos e junção de documentos:	
2.1	Apreciação de projectos ou projectos de alteração	30,30
2.2	Anexação de elementos em falta nos processos	43,35
3	Emissão de Alvará	2 894,40
<b>Artigo 47.º</b>	<b>Licenciamento de projectos de revestimento florestal</b>	



## TABELA DE TAXAS

1	Apreciação do projecto	47,15
2	Vistoria	188,56
3	Emissão de alvará	7,30
<b>Artigo 48.º</b>	<b>Licenciamento de projectos de remodelação de terrenos e de destruição do coberto vegetal</b>	
1	Apreciação do projecto	14,42
2	Emissão do Alvará	26,33
2.1	Acresce por cada hectare	345,35
2.2	Acresce por cada fracção de 30 dias	6,90
<b>Artigo 49.º</b>	<b>Instalação e exploração ou alteração de estabelecimentos industriais</b>	
1	Pedido de informação prévia	115,71
2	Mera Comunicação Prévia	114,16
3	Vistorias	
3.1	Para exercício de Actividade Agro-alimentar - c)	2,53
3.2	De conformidade	100,12
<b>Artigo 50.º</b>	<b>Exploração de massas minerais</b>	
1	Emissão de Parecer de localização	35,53
2	Apreciação de pedido de licenciamento	35,53
3	Vistorias	39,31
4	Emissão de alvará	35,53
5	Registo de técnico responsável	35,53
<b>Artigo 51.º</b>	<b>Elaboração e apreciação de orçamentos de obras</b>	
1	Por iniciativa do município	83,35
2	A requerimento do locador ou do locatário	83,35
<b>Artigo 52.º</b>	<b>Vistorias</b>	
1	Quaisquer tipo de vistorias	91,85
<b>Artigo 53.º</b>	<b>Actos da competência da Comissão Arbitral Municipal</b>	





## TABELA DE TAXAS

1	Para determinação do coeficiente de conservação	402,28
2	Para definição das obras necessárias para a obtenção de nível de conservação superior	527,19
3	Pela submissão de um litígio a decisão da CAM	145,31
4	Aos pontos anteriores, acresce:	
4.1	Vistorias da competência da CAM ou por ela determinadas	151,36
4.2	Por cada comunicação dirigida às partes	15,64
5	As taxas previstas no n.º 1 e 2 do presente artigo são reduzidas a 1/4 quando se trate de várias unidades de um mesmo edifício, para cada unidade adicional à 1.ª	
<b>Artigo 54.º</b>	<b>Recintos itinerantes ou improvisados para realização de espectáculos e divertimentos públicos de natureza accidental</b>	
1	Apreciação do pedido	10,94
2	Licenciamento	4,69
3	Por cada dia acresce	5,46
4	Vistorias	98,18
<b>Artigo 55.º</b>	<b>Controlo metrológico</b>	
	<b>De acordo com o Decreto-Lei n.º 291/90, de 20 de Setembro, regulamentado pela Portaria n.º 962/90, de 9 de Outubro e pelo Despacho n.º 18 853/2008, de 3 de Julho</b>	
<b>Artigo 56.º</b>	<b>Atendimento Mediado</b>	
1	Atendimento mediado na utilização do Balcão do Empreendedor	5,10
<b>Artigo 57.º</b>	<b>Outras Taxas</b>	
1	Sanitários Públicos, por cada utilização	0,20

\* Os valores constantes na presente tabela, incluem a actualização referida no artigo 28º do Regulamento, bem como o factor progressivo da aplicação diferida prevista no artigo 36.º do mesmo instrumento regulamentar

a) Competência da DGAE - n.º 2 do artigo 7.º do D.L. n.º 10/2015, de 16 de janeiro

b) Competência das Juntas de Freguesia - Alínea a) do n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

c) Ao valor previsto na Tabela acresce o valor devido à DGAV



## TABELA DE TARIFAS

ARTIGO	DESCRIÇÃO	VALOR
<b>Artigo 1.º</b>	<b>Pedido de Plantas de Localização</b>	
1	Formato A4	2,97
2	Formato A3	4,48
3	Formato A2	5,54
4	Formato A1	5,54
5	Formato A0	5,54
6	Outros formatos por fracção ou m2	7,39
<b>Artigo 2.º</b>	<b>Cartografia</b>	
1	Formato A4	2,97
2	Formato A3	4,48
3	Formato A2	5,54
4	Formato A1	5,54
5	Formato A0	5,54
6	Outros formatos por fracção ou m2	7,39
7	Em Suporte Digital	
7.1	Por 1 ha ou fracção	11,50
7.2	Por cada ha ou fracção a mais, acresce	1,85
<b>Artigo 3.º</b>	<b>Extratos IGT'S</b>	
1	Formato A4	2,97
2	Formato A3	4,48
3	Formato A2	5,54
4	Formato A1	5,54
5	Formato A0	5,54
6	Outros formatos por fracção ou m2	7,39



## **TABELA DE TARIFAS**

<b>ARTIGO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>VALOR</b>
<b>Artigo 4.º</b>	<b>Cartas de outras Servidões</b>	
1	Formato A4	2,97
2	Formato A3	4,48
3	Formato A2	5,54
4	Formato A1	5,54
5	Formato A0	5,54
6	Outros formatos por fracção ou m2	7,39
<b>Artigo 5.º</b>	<b>Processos relativos a empreitadas, fornecimentos e outros</b>	
1	Por cada peça desenhada	
1.1	Formato A4	3,86
1.2	Formato A3	5,77
1.3	Formato A2	7,24
1.4	Formato A1	7,24
1.5	Formato A0	7,24
2	Por cada 20 folhas escritas, reproduzidas, copiadas ou fotocopiadas	4,82
3	Em suporte informático	7,63
<b>Artigo 6.º</b>	Utilização da auto-escada da protecção civil em situações de não emergência (por cada 30 minutos ou fracção)	37,78



308

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Administração Geral e Finanças****Divisão de Gestão Financeira e Património****PARECER**

Concordo. Informo que o assunto  
seja devidamente  
recebido do Orgão Executivo

2016/12/20

O Vereador,

...../...../.....

A Diretora de Departamento,

concordo.  
Submeto à Consideração Superior

20/12/2016

A Chefe de Divisão,

**DESPACHO**

20/12/16

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

**INFORMAÇÃO Interno/2016/18078**

**ASSUNTO:** ALARGAMENTO DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS E DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS COM ESPAÇO PARA DANÇA, NA ERICEIRA E ORLA COSTEIRA DO CONCELHO DE MAFRA DO DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2016 PARA O DIA 1 DE JANEIRO DE 2017

A passagem de ano é uma importante ocasião festiva, sendo a Câmara Municipal a entidade promotora e organizadora do evento que irá realizar-se na Ericeira, no dia 31 de dezembro de 2016.

Ora em conformidade com o n.º 1 do artigo 9.º do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Mafra, pode a Câmara Municipal, em circunstâncias específicas, nomeadamente em ocasiões festivas, alargar temporária e excecionalmente, o horário de funcionamento dos estabelecimentos previstos nos artigos 3.º e 4.º do citado Regulamento.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

Assim, de acordo com o Regulamento já referido, foram solicitados os pareceres às seguintes entidades, conforme se anexa:

- **G.N.R.:** Aguarda-se o parecer solicitado em 16/12/2016 (6.ª feira);
- **Serviço de Polícia Municipal:** *"...informa-se que não existem condicionantes quanto ao pretendido alargamento de horário."*
- **Junta de Freguesia da Ericeira:** *"No que se refere ao pedido de parecer remetido por V. Exa., tenho a informar de que o nosso parecer é favorável."*


Face ao exposto, propõe-se, salvo melhor entendimento, que o executivo municipal delibere o alargamento do horário de funcionamento, sem dependência de requerimento dos interessados para o efeito e sem necessidade de alteração dos mapas de horários afixados:

- a) Dos estabelecimentos de restauração e bebidas na Ericeira, bem como na Orla Costeira do Concelho, desde Ribeira D'Ilhas até à Foz do Lizandro, do dia 31 de dezembro de 2016 até às 3:00 horas do dia 1 de janeiro de 2017;
- b) Dos estabelecimentos de restauração e bebidas com espaço para dança ou salas destinadas a dança, na Ericeira, bem como na Orla Costeira do Concelho, desde Ribeira D'Ilhas até à Foz do Lizandro, do dia 31 de dezembro de 2016 até às 7:00 horas do dia 1 de janeiro de 2017.

À Consideração Superior.

20 de dezembro de 2016

A Técnica Superior



Rita Cosme

## Rita Cosme

---

**De:** Rita Cosme  
**Enviado:** 19 de dezembro de 2016 12:05  
**Para:** MailEdoc  
**Cc:** Hugo Luis  
**Assunto:** FW: ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS NA PASSAGEM DE ANO 2016/2017

**Importância:** Alta

<b>Controlo:</b>	<b>Destinatário</b>	<b>Entrega</b>	<b>Lida</b>
	MailEdoc		
	Hugo Luis	Entregue: 19/12/2016 12:05	Lida: 19/12/2016 12:11
	MailEdoc@cm-mafra.p	Entregue: 19/12/2016 12:05	

Solicito o registo do e-mail infra.  
Obrigada.

Com os melhores cumprimentos.

Rita Cosme

Área de Licenciamentos Diversos  
Divisão de Gestão Financeira e Património  
Departamento de Administração Geral e Finanças  
Câmara Municipal de Mafra



Praça do Município, 2644-001 Mafra  
Telef.: 261 810 139  
e-mail: [licenciamentos.diversos@cm-mafra.pt](mailto:licenciamentos.diversos@cm-mafra.pt)  
Site: [www.cm-mafra.pt](http://www.cm-mafra.pt)



**De:** Geral [mailto:jfericeira@mail.telepac.pt]

**Enviada:** 19 de dezembro de 2016 10:21

**Para:** Rita Cosme

**Assunto:** RE: ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS NA PASSAGEM DE ANO 2016/2017

Referência: 289/2016

No que se refere ao pedido de parecer remetido por V. Exa., tenho a informar de que o nosso parecer é favorável.

Com os melhores cumprimentos

O Presidente da Junta de Freguesia

Filipe Abreu

M.A.

**De:** Rita Cosme [mailto:licenciamentos.diversos@cm-mafra.pt]

**Enviada:** 16 de dezembro de 2016 16:41

**Assunto:** FW: ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS NA PASSAGEM DE ANO 2016/2017

**Importância:** Alta



Exmos Senhores:

Em conformidade com o n.º 1 do artigo 9.º do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Mafra, pode a Câmara Municipal, em circunstâncias específicas, nomeadamente em ocasiões festivas, alargar temporária e excecionalmente, o horário de funcionamento dos estabelecimentos previstos nos artigos 3.º e 4.º do citado Regulamento.

Assim, solicita-se o parecer de V. Ex.ªs relativamente ao alargamento do horário de funcionamento dos estabelecimentos de restauração e bebidas e estabelecimentos de restauração e bebidas com espaço para dança ou salas destinadas a dança, na Ericeira, bem como na Orla Costeira do Concelho, desde Ribeira D'Iilhas até à Foz do Lizandro, para o dia 31 de dezembro de 2016, até as 3:00 horas e 7:00 horas da madrugada do dia 1 de janeiro de 2017, para os estabelecimentos de restauração e bebidas na orla costeira e estabelecimentos de restauração e bebidas com espaço para dança, respetivamente.

Mais informo, que se encontra disponível para consulta o Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Mafra em <http://www.cm-mafra.pt/municipio/horarios-de-funcionamento>.

Com os melhores cumprimentos.

Por subdelegação de competências da CDGFP – Despacho n.º 16/2014, de 17 de Julho

Rita Cosme

Área de Licenciamentos Diversos  
Divisão de Gestão Financeira e Património  
Departamento de Administração Geral e Finanças  
Câmara Municipal de Mafra



Praça do Município, 2644-001 Mafra  
Telef.: 261 810 139  
e-mail: [licenciamentos.diversos@cm-mafra.pt](mailto:licenciamentos.diversos@cm-mafra.pt)  
Site: [www.cm-mafra.pt](http://www.cm-mafra.pt)





## Rita Cosme

---

**De:** Rita Cosme  
**Enviado:** 16 de dezembro de 2016 16:39  
**Para:** 'GNR\_CTLisboa\_DMafra\_PMafr'; 'ct.lsb.dmfr@gnr.pt'; GNR\_CTLisboa\_DMafra\_PEriceira; Sónia Maria Pereira; Pedro Pereira  
**Cc:** Hugo Luis  
**Assunto:** ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS NA PASSAGEM DE ANO 2016/2017

**Importância:** Alta

Destinatário	Entrega	Lida
'GNR_CTLisboa_DMafra_PMafr'		
'ct.lsb.dmfr@gnr.pt'		
GNR_CTLisboa_DMafra_PEriceira		
Sónia Maria Pereira	Entregue: 16/12/2016 16:39	Lida: 19/12/2016 09:06
Pedro Pereira	Entregue: 16/12/2016 16:39	
Hugo Luis	Entregue: 16/12/2016 16:39	Lida: 20/12/2016 16:13
Zélia Miranda	Entregue: 16/12/2016 16:39	
Dulce Lourenço	Entregue: 16/12/2016 16:39	Lida: 16/12/2016 17:19
Ana Viana	Entregue: 16/12/2016 16:39	
Sónia Jorge	Entregue: 16/12/2016 16:39	
Presidente	Entregue: 16/12/2016 16:39	Lida: 16/12/2016 16:52
Maria Paulino	Entregue: 16/12/2016 16:39	Lida: 16/12/2016 16:39

Exmos Senhores:

Em conformidade com o n.º 1 do artigo 9.º do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Mafra, pode a Câmara Municipal, em circunstâncias específicas, nomeadamente em ocasiões

festivas, alargar temporária e excecionalmente, o horário de funcionamento dos estabelecimentos previstos nos artigos 3.º e 4.º do citado Regulamento.

Assim, solicita-se o parecer de V. Ex.ªs relativamente ao alargamento do horário de funcionamento dos estabelecimentos de restauração e bebidas e estabelecimentos de restauração e bebidas com espaço para dança ou salas destinadas a dança, na Ericeira, bem como na Orla Costeira do Concelho, desde Ribeira D'Iilhas até à Foz do Lizandro, para o dia 31 de dezembro de 2016, até as 3:00 horas e 7:00 horas da madrugada do dia 1 de janeiro de 2017, para os estabelecimentos de restauração e bebidas na orla costeira e estabelecimentos de restauração e bebidas com espaço para dança, respetivamente.

Mais informo, que se encontra disponível para consulta o Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Mafra em <http://www.cm-mafra.pt/municipio/horarios-de-funcionamento>.

Com os melhores cumprimentos.

Por subdelegação de competências da CDGFP – Despacho n.º 16/2014, de 17 de Julho

Rita Cosme

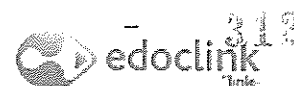
Área de Licenciamentos Diversos  
Divisão de Gestão Financeira e Património  
Departamento de Administração Geral e Finanças  
Câmara Municipal de Mafra



Praça do Município, 2644-001 Mafra  
Telef.: 261 810 139  
e-mail: [licenciamentos.diversos@cm-mafra.pt](mailto:licenciamentos.diversos@cm-mafra.pt)  
Site: [www.cm-mafra.pt](http://www.cm-mafra.pt)



## Relatório Detalhado da Distribuição EDOC/2016/58634



Assunto: ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS NA PASSAGEM DE ANO 2016/2017

Nível: PÚBLICO

Estado: Suspensa

## Processos

Código	Assunto	Estado
10.5.41/2016/15	ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS NA NOITE DA PASSAGEM DE ANO - 2016/2017	Aberto

## Antecedentes

Não existem elementos

## Registos Associados

Código	Assunto	Observações Criado em
Interno/2016/17986	ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS NA PASSAGEM DE ANO 2016/2017	19/12/2016 11:49:00

## Conhecimentos

Perfil	Nome	Autor	Data
Utilizador	Dulce Lourenço	Rita Cosme	19/12/2016 12:03:26
Utilizador	Ana Viana	Rita Cosme	19/12/2016 12:03:26
Utilizador	Zélia Miranda	Rita Cosme	19/12/2016 12:03:26
Utilizador	Hugo Luis	Rita Cosme	19/12/2016 12:03:26
Utilizador	Rui Rodrigues	Rita Cosme	19/12/2016 12:03:26

## Lista de Etapas

Etapa nº: 1

Categoria de Credenciação:

Nome:

Descrição:

Percurso:

Estado: Enviada

Operações Efectuadas: Enviada em 19/12/2016 às 12:03 por Rita Cosme

Interveniente: Rita Cosme

Executante: Rita Cosme

Data de Leitura: 19/12/2016 11:52:51

Envio: 19/12/2016 12:03:26

Assinada: Não

Documentos: Nome

Assinaturas

ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS NA PASSAGEM DE ANO 2016 2017.msg  
FW: ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS NA PASSAGEM DE ANO 2016 2017.msg

Cópias Para:

Despacho/Informação: Conforme diretrizes do Sr. Vereador Hugo M. Luis, foram enviados os e-mail's para pedido de parecer às entidades, no âmbito da pretensão em assunto.

Pelo que solicito igualmente o v/ parecer.

Etapa nº: 2

Categoria de Credenciação:

Nome:

Descrição:

Percurso:

Estado: Devolvida

Operações Efectuadas: em 19/12/2016 às 14:48 por Sónia Maria Pereira

Interveniente: Sónia Maria Pereira

Executante: Sónia Maria Pereira

Data de Leitura: 19/12/2016 13:42:37

Envio: 19/12/2016 14:48:23

Assinada: Não

Documentos:

Cópias Para:

Despacho/Informação: Conforme solicitado, informa-se que não existem condicionantes quanto ao pretendido alargamento de horário.

**Etapa nº:** 3

Categoria de

Credenciação:

Nome:

Descrição:

Percurso:

Estado: Suspensa

Interveniente: Rita Cosme



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA  
GUARDA NACIONAL REPUBLICANA  
COMANDO TERRITORIAL DE LISBOA  
DESTACAMENTO TERRITORIAL DE MAFRA

313

C/C ao Exmo. Sr.

Exmo. (a) Senhor(a):

Câmara Municipal de Mafra  
Departamento de Administração Geral e Finanças  
Divisão de Gestão Financeira e Património  
Licenciamentos Diversos

Sua Referência

Sua Comunicação

Nossa Referência  
Nº 524/16/SEC

2640-531 MAFRA  
14.02.2016

---

**ASSUNTO: - PARECER- ALARGAMENTO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS**

---

Entidade solicitante – Câmara Municipal de Mafra  
Localização: Vila da Ericeira  
Período: Madrugada de 01 de Janeiro de 2017

Satisfazendo o solicitado, cumpre a esta Força de Segurança apresentar o Parecer para efeitos do alargamento do horário de funcionamento dos estabelecimentos de restauração e bebidas e estabelecimentos de restauração e bebidas com espaço para dança ou salas destinadas a danças:


Tendo em conta as características dos estabelecimentos, dos locais onde estão inseridos e o que vem sendo reportado a este Comando, nomeadamente ao nível do ruído e afectação da tranquilidade e ordem públicas é Parecer deste Comando:

1. Os estabelecimentos de restauração e bebidas com horário de funcionamento até às 03h00;
2. Os Estabelecimentos de restauração e bebidas com espaço para dança ou salas destinadas a dança no interior da localidade da Ericeira até às 05h00;
3. Os Estabelecimentos de restauração e bebidas com espaço para dança ou salas destinadas a dança na orla costeira do Concelho, desde Ribeira D Ílhas até à Foz do Lizandro até às 06h00;

De realçar que o prolongamento excessivo do horário dos estabelecimentos de restauração e bebidas não resulta directamente num claro benefício para os proprietários, na medida em que o consumo existente torna-se proporcionalmente inferior com o passar das horas e

ainda é legalmente proibida a venda de bebidas alcoólicas a quem se manifeste notoriamente embriagado.

Com os melhores cumprimentos,

  
O Comandante do Destacamento  
Francisco Esperto Massa  
Comando Territorial de Leste  
Dest. Ter. Norte  
9646-95 Capitão



15

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

814

**Departamento de Administração Geral e Finanças****Divisão de Gestão Financeira e Património****PARECER**

Concordo. Propõe-se que o  
assunto seja reunido  
à reunião do Orgão  
Executivo.

**DESPACHO**

2016/12/20

O Vereador,

Concordo.

À Consideração Superior

20/12/2016

A Chefe de Divisão de Administração Geral e Assuntos  
Jurídicos  
(no impedimento da DDAGF, Dr.ª Ana Viana, conforme  
despacho n.º 3/2014-PCM, de 9/1)

20/12/16

O Presidente da Câmara,

  
(Hélder Sousa Silva)**INFORMAÇÃO Interno/2016/17945**

**ASSUNTO:** Constituição de Fundos de Caixa Ano 2017 - Postos de Cobrança de Instalações Municipais

Na sequência dos diversos postos de atendimento/cobrança que o Município disponibiliza pelas várias Freguesias do Concelho, identificou-se a necessidade de existir fundos de caixa, de forma a facilitar a gestão de trocos.

Esta necessidade foi demonstrada pelos serviços de Educação, Desporto, Turismo, Ambiente, Proteção Civil, Metrologia e Loja do Cidadão, através das Informações anexas à distribuição edoc/2016/57878 pelo que se propõe a criação de fundos de caixa para o ano de 2017, no total de 475,00€, de acordo com o seguinte quadro:

anexo VII



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

Instalação Municipal	Responsável pelo Fundo	N.º de Func.º	Quantia
Creche Municipal de Mafra	Maria Frias	1550	25,00€
Piscinas da Venda do Pinheiro	Cátia Batista	1789	25,00€
Piscinas da Azueira	Maria José Alexandre	350	25,00€
Piscinas da Encarnação	Filomena Ferreira	1428	25,00€
Piscinas da Ericeira	Lurdes Nobre	1167	25,00€
PDM - Administração	Joana Teixeira	1801	25,00€
PDM - Administração	Anabela Antunes	1763	25,00€
PDM – Portaria	Rogério Fernandes	845	25,00€
PDM – Portaria	Fátima Valério	719	25,00€
PDM – Portaria	Vítor Batalha	970	25,00€
PDM - Portaria	Josefina Mendonça	1272	25,00€
PDM – Portaria	Joaquim Mata	132	25,00€
Posto de Turismo de Mafra	Sandra Gonçalves	1136	25,00€
Posto de Turismo da Ericeira	Nazaré Ribeiro	1546	25,00€
Ambiente – CROAMM	Luis Bizarro	379	25,00€
Proteção Civil	Elsa Faustino	1376	25,00€
Metrologia	Luís Alves	182	25,00€
Loja do Cidadão	Joana Matos	2082	50,00€
Total			475,00€

Face ao exposto, propõe-se que seja submetido à autorização da Câmara Municipal a constituição dos referidos fundos de caixa.





## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**Departamento de Administração Geral e Finanças**

**Divisão de Gestão Financeira e Património**

Informo que, aquando da entrega dos fundos aos responsáveis, os mesmos irão assinar uma declaração de responsabilidade pelo montante à sua guarda, ficando o total entregue refletido no Resumo Diário de Tesouraria, na conta 11.2- Diversos Postos de Cobrança.

Mais informo que, a reposição do fundo deverá ocorrer até ao último dia útil do ano.

À Consideração Superior,

Mafra, 20 de dezembro de 2016

A Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Património  
(Dulce Lourenço)



16.

316

## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

PARECER

Concordo. Papeleto que o  
assunto seja reunido  
à reunião do Orgão  
Executivo.

DESPACHO

2016./...12./20...

O Vereador,

*Hfz.*

Concordo. À Consideração Superior.

20.../12./2016

A Chefe de Divisão de Administração Geral e Assuntos

Jurídicos

*Bernardete Calhaz*

(no impedimento da DDAGF, Dr.<sup>a</sup> Ana Viana, conforme despacho n.º 3/2014-PCM, de 9/1)

*A reunião.*

20.../12./16

O Presidente da Câmara,

*[Signature]*

(Hélder Sousa Silva)

### INFORMAÇÃO Interno/2016/18043

**ASSUNTO:** Constituição e Utilização de Fundos de Maneio para 2017

Relativamente ao assunto supra mencionado, verificando-se à semelhança de anos anteriores, a necessidade de autorização da constituição de Fundos de Maneio, julgados convenientes ao bom funcionamento do Município correspondendo a cada um uma dotação orçamental, visando o pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis, nos termos do ponto 2.3.4.3 das considerações técnicas do POCAL (Plano Oficial das Autarquias Locais), propõe-se que seja submetido a deliberação do Órgão Executivo, a constituição dos seguintes Fundos de Maneio:

- Presidente da Câmara Municipal;
- Vice-Presidente da Câmara e Vereadores a Tempo Inteiro;
- Diretores de Departamento;

*anexo VIII*



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**Departamento de Administração Geral e Finanças**

**Divisão de Gestão Financeira e Património**

- Chefe de Divisão de Segurança e Proteção Civil;
- Funcionário com funções de Coordenação nos Serviços Técnicos/Operacionais do Parque e Oficinas;
- Funcionário com funções de Coordenação na Área das Viaturas;
- Funcionária com funções de Coordenação na Área dos Jardins;
- Funcionária com funções de coordenação do Gabinete de Sistemas de Informação e Modernização Administrativa.

Salienta-se que, a utilização dos fundos de maneiio deve obedecer à Norma de Controlo Interno em vigor.

À Consideração Superior,

Mafra, 20 de dezembro de 2016

A Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património  
(Dulce Lourenço)



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

### PROPOSTA

#### ASSUNTO: CONSTITUIÇÃO E UTILIZAÇÃO DE FUNDOS DE MANEIO/2017

Reconhecendo a necessidade de constituição de fundos de maneo para pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis, proponho que a Câmara autorize, nos termos do ponto 2.3.4.3. das Considerações Técnicas do POCAL, a constituição dos seguintes fundos de maneo para o ano económico de 2017:

**Presidente da Câmara: €1 000,00 (mil euros)**

Rubrica Orçamental		Descrição	Valor (€)
0102	020211	Representação dos Serviços	900,00
0102	020121	Outros Bens	100,00

**Vice-Presidente e Vereadores a Tempo Inteiro, cada: €500,00 (quinhentos euros)**

Rubrica Orçamental		Descrição	Valor (€)
0102	020211	Representação dos Serviços	500,00

**Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças: €600,00 (seiscentos euros)**

Rubrica Orçamental		Descrição	Valor (€)
0102	020121	Outros Bens	100,00
0202	020225	Outros Serviços	500,00

**Diretora do Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico: €700,00 (setecentos euros)**

Rubrica Orçamental		Descrição	Valor (€)
0401	020121	Outros Bens	350,00
0402	020121	Outros Bens	150,00
0403	020121	Outros Bens	200,00



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**Diretor do Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente:  
€500,00 (quinhentos euros)**

Rubrica Orçamental		Descrição	Valor (€)
0301	020121	Outros Bens	500,00

**Chefe da Divisão de Segurança e Proteção Civil: €250,00 (duzentos e cinquenta euros)**

Rubrica Orçamental		Descrição	Valor (€)
05	020121	Outros Bens	150,00
05	020225	Outros Serviços	100,00

**Trabalhador com funções de Coordenação nos Serviços Técnicos/Operacionais do Parque e Oficinas: €1 000,00 (mil euros)**

Rubrica Orçamental		Descrição	Valor (€)
0301	020121	Outros Bens	700,00
0301	020225	Outros Serviços	300,00

**Trabalhador com Funções de Coordenação na Área das Viaturas/Técnico de Máquinas, Eng.º Paulo Freire: €600,00 (seiscentos euros)**

Rubrica Orçamental		Descrição	Valor (€)
0301	020121	Outros Bens	350,00
0301	020225	Outros Serviços	250,00

**Trabalhadora com funções de Coordenação na Área dos Jardins, Eng.ª Cristina Furtado: €500,00 (quinhentos euros)**

Rubrica Orçamental		Descrição	Valor (€)
0301	020121	Outros Bens	500,00



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

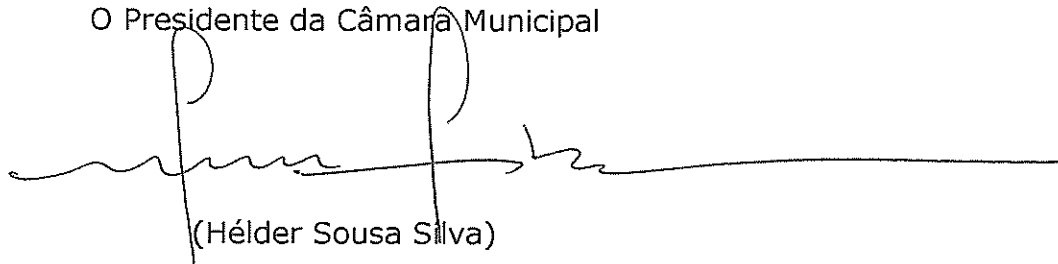
**Trabalhadora com funções de Coordenação do Gabinete de Sistema de Informação e Modernização Administrativa: €200,00 (duzentos euros)**

Rubrica Orçamental		Descrição	Valor (€)
0102	020121	Outros Bens	100,00
0102	020225	Outros Serviços	100,00

Tendo em consideração o ponto 2.9.10.1.11 das Considerações Técnicas do POCAL, a utilização dos fundos de maneo deve obedecer à Norma de Controlo Interna em vigor.

Mafra, 20 de dezembro de 2016

O Presidente da Câmara Municipal



(Hélder Sousa Silva)



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico

Divisão de Ação Social e Apoio Institucional

PARECER

Comendo. Propalho que o assunto  
nfo recetido é munit  
do Dnjo Executivo.

DESPACHO

2016./12./20

O(A) Vereador(a),

Hfz.

20./12./2016

O(A) Diretor(a) de Departamento,

concorso.

Mapabel

...../...../.....

O(A) Chefe de Divisão

A reunião

20./12./16

O Presidente da Câmara,

Hélder Sousa Silva

### INFORMAÇÃO Entrada/2016/39387

**ASSUNTO:** Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mafra – atribuição de Fundo de Maneio para 2017

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mafra, criada pela Portaria n.º 129/2002 de 9 de fevereiro, visa a promoção dos direitos e a proteção das crianças e jovens residentes no Concelho de Mafra. A sua intervenção é regida pela Lei n.º 147/99 de 01 de setembro que preconiza, no artigo 14.º, os apoios a prestar pelos Municípios, nos quais se inclui o apoio financeiro traduzido na atribuição de um Fundo de Maneio "destinado a suportar despesas ocasionais e de pequeno montante resultantes da ação das comissões de proteção junto das crianças e jovens, suas famílias ou pessoas que têm a sua guarda de facto, nos termos a definir pela Comissão Nacional".

Destes termos resulta que cabe ao Município de Mafra constituir um Fundo de Maneio para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mafra, no valor mensal de 153,15€ (cento e cinquenta e três euros e quinze cêntimos).





## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

### **Departamento de Desenvolvimento Socioeconómico**

#### **Divisão de Ação Social e Apoio Institucional**

Dando cumprimento ao estabelecido na Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, e considerando o disposto no artigo 32.º (Despesas em conta de fundos de manei) do Regime da Administração Financeira do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho, na sua redação vigente, no artigo 15.º (Fundos de manei) do Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril, e artigo 10.º (Fundo de manei) do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual, bem como o estabelecido no ponto 2.3.4.3 das considerações técnicas do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro;

Propõe-se a atribuição de um Fundo de Maneio à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mafra, para o ano de 2017, no valor mensal de 153,15€ (cento e cinquenta e três euros e quinze cêntimos). Mais se propõe que o presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mafra seja o responsável pela gestão do fundo de manei, designadamente no que respeita à administração da verba atribuída, à obtenção dos comprovativos de despesa que deverão ter o número de identificação fiscal do município de Mafra, à entrega destes comprovativos e respetivo Mapa nos serviços de Contabilidade e à reposição do fundo de manei até 31 de dezembro de cada ano.

<b>Rúbrica</b>	<b>Designação</b>	<b>Valor</b>
020121	Aquisição de Bens	100€
020225	Aquisição de Serviços	53,15€

Mafra, 20 de dezembro de 2016

A Coordenadora do Gabinete de Apoio Institucional

(Paula Santos)



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente****Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território****PARECER**

Considerando a deliberação tomada na reunião de Câmara, de 9 de dezembro de 2016, de intenção de resgate do respetivo contrato de concessão e de reversão do saneamento, face às implicações nos Tarifários, entende-se que não é oportuno proceder à sua atualização para o ano de 2017, pelo que proponho a manutenção dos Tarifários aprovados para o ano de 2016, a que se refere a presente Informação, sem prejuízo de aquando da decisão definitiva e atendendo ao parecer que vier a ser emitido pela ERSAR, os mencionados Tarifários serem revistos.

.....20/12/2016

O Vice-Presidente,

**DESPACHO***A reunião.*

20/12/16

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

**INFORMAÇÃO Interno/2016/18075****ASSUNTO:** Tarifários para o ano de 2017

Atentas as informações n.º 2016/17879 e 2016/17608, respeitantes à "Atualização dos Tarifários para 2017 de Água, Saneamento e de Serviços Prestados" e à "Proposta de Tarifário de resíduos Sólidos Urbanos para 2017", respetivamente, submete-se à Consideração Superior a decisão de atualização dos Tarifários em apreço, para o ano de 2017, salvaguardando-se, nesta oportunidade, que para o ano corrente, foram aprovados os Tarifários publicitados através do Edital n.º

anexo X



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

**Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente**

**Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território**

203/2015, de 29 de dezembro de 2015, subscrito pelo Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mafra, cuja reprodução, por fotocópia, se anexa.

Mafra, 20 de dezembro de 2016

À Consideração Superior

Mafra, 22 de Dezembro de 2014

O Diretor do Departamento

(Bruno Miranda)



## EDITAL N.º 203/2015

--- **HÉLDER ANTÓNIO GUERRA DE SOUSA SILVA**, Presidente da Câmara Municipal de Mafra.-----

--- **FAÇO PÚBLICO** que para cumprimento do artigo 56.º do Anexo I à Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, na sua actual redacção, foi aprovado em reuniões de Câmara realizadas em 14 e 28, ambas de Dezembro de 2015, o Tarifário de Água, Saneamento, Resíduos Sólidos e outros Serviços Prestados a serem faturados pela ou através da concessionária Be Water, SA no ano de 2016. -----

--- Assim passa a constar:

### I. TARIFÁRIO DE ÁGUA

#### I.1. TARIFA VARIÁVEL DE ÁGUA

##### I.1.1. Utilizadores Domésticos

m³ de água consumida

- a) 1.º escalão (0 a 5 m³/mês) ..... 0,7354 €
- b) 2.º escalão (6 a 15 m³/mês)..... 1,0509 €
- c) 3.º escalão (16 a 25 m³/mês)..... 2,0845 €
- d) 4.º escalão (superior a 25 m³/mês) ..... 2,6059 €

##### I.1.2. Utilizadores não domésticos ..... 2,0845 €



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

I.1.3. Instituições Sem Fins Lucrativos (ISFL)..... 0,8306 €

I.1.4. Utilizadores domésticos com tarifa "social"

m<sup>3</sup> de água consumida

a) 1.º escalão (0 a 15 m<sup>3</sup>/mês) .....0,7354 €

b) 2.º escalão (16 a 25 m<sup>3</sup>/mês) ..... 2,0845 €

c) 3.º escalão (superior a 25 m<sup>3</sup>/mês) ..... 2,6059 €

### I.2. TARIFÁRIO DE ÁGUA – TARIFA VARIÁVEL DE ÁGUA – FAMÍLIAS NUMEROSAS

#### Tipo de Utilizador

I.2.1 Agregados familiares com 5 elementos:

m<sup>3</sup> de água consumida

a) 1.º escalão (0 a 8 m<sup>3</sup>/mês).....0,7354 €

b) 2.º escalão (9 a 15 m<sup>3</sup>/mês).....1,0509 €

c) 3.º escalão (16 a 25 m<sup>3</sup>/mês)..... 2,0845 €

d) 4.º escalão (superior a 25 m<sup>3</sup>/mês)..... 2,6059 €

I.2.2. Agregados familiares com 6 elementos:

a) 1.º escalão (0 a 11 m<sup>3</sup>/mês)..... 0,7354 €

b) 2.º escalão (12 a 15 m<sup>3</sup>/mês)..... 1,0509 €

c) 3.º escalão (16 a 25 m<sup>3</sup>/mês)..... 2,0845 €

d) 4.º escalão (superior a 25 m<sup>3</sup>/mês)..... 2,6059 €

I.2.3. Agregados familiares com 7 elementos:

a) 1.º escalão (0 a 14 m<sup>3</sup>/mês)..... 0,7354 €

b) 2.º escalão (15 a 25 m<sup>3</sup>/mês)..... 1,0509 €



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

322

- c) 3.º escalão (26 a 35 m³/mês)..... 2,0845 €  
d) 4.º escalão (superior a 35 m³/mês)..... 2,6059 €

### I.2.4. Agregados familiares com 8 elementos:

- a) 1.º escalão (0 a 17 m³/mês)..... 0,7354 €  
b) 2.º escalão (18 a 25 m³/mês)..... 1,0509 €  
c) 3.º escalão (26 a 35 m³/mês) ..... 2,0845 €  
d) 4.º escalão (superior a 35 m³/mês) ..... 2,6059 €

Para agregados familiares superiores a 8 elementos os escalões serão definidos pela Entidade Gestora tendo por base a mesma metodologia.

## I.3. TARIFA FIXA DE ÁGUA

### I.3.1. Utilizadores Domésticos e ISFL (Instituições Sem Fins Lucrativos)

- a) Para contadores com calibre (X corresponde ao calibre do contador expresso em mm):
- a.1)  $X \leq 25$ ..... 4,8385 €/mês  
a.2)  $25 < X \leq 30$ ..... 19,5959 €/mês  
a.3)  $30 < X \leq 50$  ..... 41,1514 €/mês  
a.4)  $50 < X \leq 100$  ..... 111,9318 €/mês  
a.5)  $100 < X \leq 300$  ..... 167,8978 €/mês

Utilizadores domésticos com tarifa "social" .....Isento

1



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

### I.3.2. Utilizadores não domésticos

a) Para contadores com calibre (X corresponde ao calibre do contador expresso em mm):

a.1) $X \leq 20$ .....	14,5155 €/mês
a.2) $20 < X \leq 30$ .....	19,5959 €/mês
a.3) $30 < X \leq 50$ .....	41,1514 €/mês
a.4) $50 < X \leq 100$ .....	111,9318 €/mês
a.5) $100 < X \leq 300$ .....	167,8978 €/mês

### I.4. OUTRAS TARIFAS APLICÁVEIS AO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

I.4.1. Atraso de pagamento .....	3,4918 €
I.4.2. Interrupção do serviço .....	14,1453 €
I.4.3. Restabelecimento do serviço após interrupção simples.	14,1453 €
I.4.4. Restabelecimento do serviço após interrupção com bloqueador .....	41,9709 €
I.4.5. Restabelecimento do serviço após interrupção com 2.º bloqueador .....	79,2790 €
I.4.6. Restabelecimento do serviço após anulação de ramal	434,2253 €
I.4.7. Restabelecimento do serviço após deteção de ligação clandestina .....	626,7654 €
I.4.8. Contador desaparecido ou danificado .....	47,9613 €
I.4.9. Deslocação .....	14,1453 €
I.4.10. Suspensão e reinício do serviço a pedido do utilizador .....	87,7728 €
I.4.11. Verificação extraordinária do contador a pedido do utilizador .....	65,3889 €



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

323

17

- I.4.12. Encargos de envio de correspondência com registo simples .....valor CTT
- I.4.13. Ligação temporária ..... Sujeito a Orçamento
- I.4.13. Ampliações de rede .....Sujeito a Orçamento
- I.4.14. Desinfecção de redes de loteamento e ampliações de rede .....Sujeito a Orçamento
- I.4.15. Análises de Água .....Sujeito a Orçamento
- I.4.16. Detecção de fugas .....Sujeito a Orçamento
- I.4.17. Reparações no sistema predial de água.....Sujeito a Orçamento
- I.4.18. Outros serviços a pedido do utilizador.....Sujeito a Orçamento

### I.5. RAMAIS DE ÁGUA

- a) Com comprimento até 20 metros (inclusive) ..... Isento (\*)
- b) Por metro linear adicional (acima de 20 metros) .....49,0419 €/m

(\*) Com exceção de RAMAIS cuja execução não seja da responsabilidade da Entidade Gestora, nomeadamente em virtude de condições impostas no Licenciamento Urbanístico (Recomendação IRAR n.º 1/2009 – ponto 3.3.1 e 1.5). Nestes casos se for solicitada à E.G. a execução, os trabalhos serão sujeitos a ORÇAMENTO.

### I.6. LIGAÇÕES

- a) Moradias ou Edifício de uma Única Atividade .....Isento
- b) Loteamentos, Indústrias e Outros .....Sujeito a Orçamento



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

### I.7. FISCALIZAÇÕES

- a) Redes de loteamentos, ampliações de rede e outros .....152,0003 €

## II. TARIFÁRIO DE SANEAMENTO

É considerado como volume para efeitos do tarifário de saneamento o correspondente a 90% do volume de água consumida.

### II.1. TARIFA VARIÁVEL DE SANEAMENTO

#### II.1.1. Utilizadores Domésticos

m<sup>3</sup> de água consumida

- a) 1.º escalão (0 a 5 m<sup>3</sup>/mês) .....0,7174 €  
b) 2.º escalão (6 a 15m<sup>3</sup>/mês) .....1,0962 €  
c) 3.º escalão (16 a 25m<sup>3</sup>/mês) .....1,5488 €  
d) 4.º escalão (superior a 25m<sup>3</sup>/mês) .....1,9387 €

#### II.1.2. Utilizadores Não Domésticos .....1,5488 €

#### II.1.3 Instituições Sem Fins Lucrativos (ISFL) ..... 0,7174 €

#### II.1.4. Utilizadores domésticos com tarifa "social"

- a) 1.º escalão (0 a 15m<sup>3</sup>/mês) ..... 0,7174 €  
b) 2.º escalão (16 a 25m<sup>3</sup>/mês) .....1,5488 €  
c) 3.º escalão (superior a 25m<sup>3</sup>/mês) .....1,9387 €





=

324

/ 3

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****II.1.5. Utilizadores da Rede Pública de Saneamento com Captação Própria de Água**

- a) Domésticos ..... 5,6316 €/30 dias  
b) Não Domésticos ..... 47,4846 €/30 dias

**II.2. TARIFÁRIO DE SANEAMENTO-TARIFA VARIÁVEL DE SANEAMENTO – FAMÍLIAS NUMEROSAS****Tipo de Utilizador****II.2.1. Agregados familiares com 5 elementos:**m<sup>3</sup> de água consumida

- a) 1.º escalão (0 a 8 m<sup>3</sup>/mês) ..... 0,7174 €  
b) 2º escalão (9 a 15 m<sup>3</sup>/mês) ..... 1,0962 €  
c) 3.º escalão (16 a 25 m<sup>3</sup>/mês) ..... 1,5488 €  
d) 4.º escalão (superior a 25 m<sup>3</sup>/mês) ..... 1,9387 €

**II.2.2. Agregados familiares com 6 elementos:**

- a) 1.º escalão (0 a 11 m<sup>3</sup>/mês) ..... 0,7174 €  
b) 2º escalão (12 a 15 m<sup>3</sup>/mês) ..... 1,0962 €  
c) 3.º escalão (16 a 25 m<sup>3</sup>/mês) ..... 1,5488 €  
d) 4.º escalão (superior a 25 m<sup>3</sup>/mês) ..... 1,9387 €

**II.2.2. Agregados familiares com 7 elementos:**

- a) 1.º escalão (0 a 14 m<sup>3</sup>/mês) ..... 0,7174 €  
b) 2º escalão (15 a 25 m<sup>3</sup>/mês) ..... 1,0962 €  
c) 3.º escalão (26 a 35 m<sup>3</sup>/mês) ..... 1,5488 €  
d) 4.º escalão (superior a 35 m<sup>3</sup>/mês) ..... 1,9387 €



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

### II.2.3. Agregados familiares com 8 elementos:

- a) 1.º escalão (0 a 17 m³/mês) ..... 0,7174 €
- b) 2º escalão (18 a 25 m³/mês) ..... 1,0962 €
- c) 3.º escalão (26 a 35 m³/mês) ..... 1,5488 €
- d) 4.º escalão (superior a 35 m³/mês) ..... 1,9387 €

Para agregados familiares superiores a 8 elementos os escalões serão definidos pela Entidade Gestora tendo por base a mesma metodologia.

### II.3. TARIFA FIXA DE SANEAMENTO

II.3.1. **Utilizadores Domésticos e ISFL** (Instituições Sem Fins Lucrativos) ..... 4,8567 €/mês

II.3.2. **Utilizadores Não Domésticos** ..... 14,5701 €/mês

II.3.3. **Utilizadores domésticos com tarifa "social"** ..... Isento

#### II.3.4. Utilizadores da Rede Pública de Saneamento com Captação Própria de Água

a) Domésticos ..... 4,8567 €/30 dias

b) Não Domésticos ..... 14,5701 €/30 dias

### II.4. OUTRAS TARIFAS DE SANEAMENTO

#### II.4.1. Ramais de Saneamento:

a) Com comprimento até 20m (inclusive) ..... Isento (\*)

b) Por metro linear adicional (acima de 20 metros) ..... 92,2859 €

(\*) Com exceção de ramais cuja execução não seja da responsabilidade da Entidade Gestora, nomeadamente em virtude de condições impostas no licenciamento urbanístico (Recomendação IRAR nº1/2009-ponto 3.3.1.1.5). Nestes casos, se for solicitada à EG a execução, os trabalhos serão sujeitos a orçamento.



325

X

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA****II.4.2. Ligações:**

- a) Moradias ou edifícios de uma única atividade ..... Isento
- b) Loteamentos, Indústrias e Outros ..... Sujeito a orçamento

**II.4.3. Esvaziamento de Fossas (até 10,0 m³):****a) Instalações localizadas em zonas sem rede de saneamento**

- a.1) Consumidores domésticos .. 40,000 €/1.º esvaztº até 10 m³  
(subsequentes esvaziamentos 20,00 € por cada 10 m³)
- a.2) Consumidores não domésticos ... 59,7144 €/ esvaztº até 10 m³ (acresce 30,00 € por cada esvaztº até 10,0 m³ ou fração a mais)

**b) Instalações localizadas em zonas com rede de saneamento...**

.....103,1431 €/esvaztº até 10 m³

**II.4.4. Fiscalizações:**

- a) Redes de Loteamentos, ampliações de rede e outros ...152,0003 €

II.4.5. Interrupções do serviço .....82,8585 €

II.4.6. Restabelecimento do serviço após interrupção .....82,8585 €

II.4.7. Restabelecimento do serviço após anulação de ramal .....

.....319,2897 €

II.4.8. Deslocação ..... 51,3744 €

II.4.9. Ampliações de rede .....Sujeito a Orçamento

II.4.10. Desobstrução de Coletores ..... Sujeito a Orçamento

II.4.11. Reparações no Sistema Predial de Saneamento .....

.....Sujeito a Orçamento

II.4.12. Outros serviços a pedido do utilizador ..... Sujeito a Orçamento



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

### III TARIFÁRIO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

#### III.1. TARIFA NORMAL

##### Utilizadores Domésticos

III.1.1. **TARIFA FIXA** (a) .....3,00 €/mês

III.1.2. **TARIFA VARIÁVEL** ..... 0,33 €/ m<sup>3</sup> de água consumida

##### Utilizadores Não Domésticos

III.1.3. **TARIFA FIXA** (a) .....6,00 €/mês

III.1.4. **TARIFA VARIÁVEL** ..... 0,99 €/ m<sup>3</sup> de água consumida

(a) Custo mensal

#### III.2. TARIFA SOCIAL

##### Utilizadores Domésticos (b)

III.2.1. **TARIFA FIXA** (a) .....0,00 €/mês

III.2.2. **TARIFA VARIÁVEL** .....0,33 €/ m<sup>3</sup> de água consumida

##### Utilizadores Não Domésticos (c)

III.2.3. **TARIFA FIXA** (a) .....3,00 €/mês

III.2.4. **TARIFA VARIÁVEL** .....0,33 €/ m<sup>3</sup> de água consumida

(a) Custo mensal

(b) A tarifa social é aplicada a utilizadores domésticos que se encontrem numa situação de carência económica comprovada pelo sistema da Segurança Social, em conformidade com o previsto n.º2 do artigo 22.º do R.T.S.G.R.U., devendo para o efeito fazerem prova em conformidade.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

326

- (c) A tarifa social é aplicada a utilizadores não domésticos que sejam pessoas coletivas de declarada utilidade pública, de acordo com o previsto no n.º 4 do artigo 22.º do R.T.S.G.R.U..

### III.3. OUTRAS TARIFAS

III.3.1. **Serviços Auxiliares** (previsto na alínea p) n.º 2 do art.º 3.º do R.T.S.G.R.U.) ..... 0,0000 €/por serviço

III.3.2. **Utilizadores ligados à rede pública de saneamento com captação própria de água:**

#### III.3.3 Utilizadores Domésticos

- a) Tarifa Fixa..... 3,00 €/mês  
b) Tarifa Variável..... 2,655 €/mês

#### III.3.4 Utilizadores Não Domésticos

- a) Tarifa Fixa..... 6,00 €/mês  
b) Tarifa Variável..... 32,078 €/mês

--- Aos valores referidos **acresce o IVA** à taxa legal em vigor. -----

--- As tarifas constantes do presente Edital, entram em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2016. -----

--- Para constar se publica o presente Edital, que contém seis folhas, e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do costume. -----

--- Paços do Município de Mafra, vinte e nove de Dezembro de dois mil e quinze.-

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,**